

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “GPA”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico, e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Mini-mercado Extra”, “Assai”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de e-commerce “Casas Bahia.com”, “Extra.com”, “Ponto Frio.com”, “Barateiro.com” e “Partiuviaagens.com”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, 151 mil funcionários, 1.882 lojas em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infra-estrutura de logística que compreende 55 centrais de distribuição localizadas em 13 estados. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III) sob o código “CBD”. A companhia também é listada na Bolsa de Valores de Luxemburgo, porém sem ações negociadas.

A Companhia é controlada pela Wilkes Participações S.A. (Wilkes) que em 2 de julho de 2012 passou a ser controlada pelo *Casino Guichard Perrachon* (“Casino”).

a) Arbitragem Casino

Em 30 de maio de 2011, o Casino requereu a instauração de procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, contra o Sr. Abilio dos Santos Diniz, a Sra. Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D’Avila, a Sra. Adriana Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e a Península Participações Ltda. (“Península”).

Em 1º de julho de 2011, o Casino requereu a instalação de outro procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, tendo como requeridos as partes acima mencionadas e a Companhia.

Em 5 de outubro de 2011, o Sr. Abilio dos Santos Diniz, a Sra. Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D’Avila, a Sra. Adriana Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. João Paulo Falleiros dos Santos Diniz e o Sr. Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e a Península apresentaram sua resposta a ambos os procedimentos arbitrais e formularam pedidos contrapostos (“*Counter Claims*”).

As arbitragens foram unificadas em um único procedimento e um tribunal arbitral com três membros foi constituído para decidir a disputa. Tal procedimento arbitral teve sua primeira audiência em São Paulo, no dia 9 de maio de 2012. A arbitragem, incluindo o *Counter Claims*, está sujeita à obrigação de confidencialidade e tem por objetivo assegurar o cumprimento do Acordo de Acionistas da Companhia, do Acordo de Acionistas de Wilkes e da lei. Em 21 de junho de 2012, a Companhia apresentou objeção de jurisdição, alegando não haver razão para participar dessa arbitragem, pois não é parte do Acordo de Acionistas da Wilkes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas -- Continuação

b) *Eventos societários Wilkes*

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 22 de junho de 2012, foram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração, indicados pelo acionista Casino: Sr. Eleazar de Carvalho Filho, Sr. Luiz Augusto de Castro Neves e Sr. Roberto Oliveira de Lima, tendo o Sr. Abilio dos Santos Diniz permanecido como Presidente do Conselho de Administração. A nova composição do Conselho de Administração da Companhia, após as alterações aprovadas nesta AGE, passa a ser: Abilio dos Santos Diniz (Presidente), Antoine Marie Remi Lazars Giscard D'Estaing, Arnaud Strasser, Candido Botelho Bracher, Eleazar de Carvalho Filho, Fábio Schvartsman, Geyze Marchesi Diniz, Guilherme Affonso Ferreira, Jean Louis Bourgier, Jean-Charles Henri Naouri, Luiz Augusto de Castro Neves, Pedro Henrique Chermont de Miranda, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Roberto Oliveira de Lima e Ulisses Kameyama. Deixaram de fazer parte do Conselho de Administração da Companhia a Sra. Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila e o Sr. João Paulo Falleiros dos Santos Diniz.

Nesta mesma data, foi realizada AGE da Wilkes, empresa controladora da Companhia, na qual se deliberou a alteração na presidência de seu Conselho de Administração. O Sr. Jean Charles Henri Naouri, presidente do Casino, passou a ser o Presidente do referido Conselho, cargo anteriormente ocupado pelo Sr. Abilio dos Santos Diniz.

Em 2 de julho de 2012, foi realizada AGE da Wilkes, tendo sido definida a composição de seu Conselho de Administração da seguinte forma: Jean Charles Henri Naouri (Presidente), Abilio dos Santos Diniz, Marcelo Fernandez Trindade e Arnaud Strasser. Após esses eventos, o Casino tornou-se o único controlador da Companhia.

c) *Reestruturação Societária*

Em AGE realizada no dia 28 de dezembro de 2012, foi aprovada a reestruturação societária com o objetivo de conseguir benefícios de ordem administrativa econômica e financeira ao Grupo, cuja data base da reestruturação foram os balanços das subsidiárias levantados em 31 de dezembro de 2012. A reestruturação consiste na incorporação pela Companhia das operações de 44 lojas da subsidiária Sé Supermercados Ltda. ("Sé") com o acervo líquido de R\$515 e de 6 lojas da subsidiária Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") pelo acervo líquido de R\$504.

Adicionalmente, houve uma permuta de valores equivalentes de ações entre a Companhia e a subsidiária Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc"), onde a Companhia cedeu 6,9% de Sé Supermercados em troca de 17,25% de Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona"), que foram alocados em Sé. Em ato contínuo foi aprovado na mesma assembleia um aumento de capital da Companhia em Barcelona de R\$557.534, sem emissão de novas ações, utilizando-se de créditos da Companhia contra esta subsidiária.

A reestruturação resultou em efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da ordem de R\$7.491, principalmente relacionados a perda de créditos tributários diferidos de Contribuição Social em suas subsidiárias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas -- Continuação

c) Reestruturação Societária -- Continuação

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2012 da controladora como resultado da incorporação das subsidiárias Sé e Sendas, descritas acima, foram os seguintes:

Ativo	31.12.2012
Caixa e equivalentes de caixa	275.636
Contas a receber	20.998
Estoques	92.813
Impostos a recuperar	5.489
Outros créditos	1.257
Total do ativo circulante	396.193
Depósitos para recursos judiciais	62.519
Impostos a recuperar	8.829
Investimentos	801.775
Imobilizado	225.297
Intangível	173.247
Total do ativo não circulante	1.271.667
Total do ativo	1.667.860
Passivo	
Fornecedores	125.528
Salários e encargos sociais	16.980
Impostos e contribuições a recolher	8.005
Partes relacionadas	1.446.936
Outras contas a pagar	14.684
Total do passivo circulante	1.612.133
Provisão para demandas judiciais	54.708
Total do passivo não circulante	54.708
Total do passivo	1.666.841
Acervo Líquido	1.019

Em AGE realizada em 28 de dezembro de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Sendas o montante de R\$1.100.000, sem emissão de novas ações, utilizando-se de créditos da Companhia contra esta subsidiária.

d) Solicitação de arbitragem Morzan

Nos termos do Fato Relevante publicado em 15 de junho de 2012, a Companhia informa que recebeu correspondência da Câmara de Comércio Internacional -CCI, por meio da qual foi notificada acerca do pedido de instauração de procedimento arbitral ("Procedimento") apresentado pela Morzan Empreendimentos e Participações Ltda. ("Morzan"), antiga controladora da Globex Utilidades S.A. (bandeira Ponto Frio), atualmente denominada Via Varejo S.A. ("Via Varejo").

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas -- Continuação

d) *Solicitação de arbitragem Morzan -- continuação*

O Procedimento está relacionado com questões que decorrem do Contrato de Compra de Ações celebrado pela subsidiária Mandala Empreendimentos e Participações S.A. em 8 de junho de 2009 ("Contrato"), para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, então representativas de 70,2421% do capital social total e votante da Via Varejo, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 8 de junho de 2009. Os termos da arbitragem estão submetidos a obrigações de confidencialidade.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia exerceu seu direito de indicar um árbitro para compor o tribunal arbitral responsável pela condução do Procedimento.

A Companhia entende que o pedido apresentado por meio do requerimento é improcedente, tendo sido o Contrato cumprido integralmente, o que será demonstrado ao longo do Procedimento.

Até a presente data não ocorreram desdobramentos desta arbitragem, portanto, não gerando quaisquer impactos nestas demonstrações financeiras. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relativos ao Procedimento.

e) *Solicitação de arbitragem Abílio dos Santos Diniz x Casino*

Em 20 de dezembro de 2012, a Companhia foi informada pelo sócio Abílio dos Santos Diniz quanto a instauração de um procedimento arbitral contra o Grupo Casino, cujos termos estão submetidos a obrigação de confidencialidade. A Companhia não é parte do procedimento arbitral.

f) *Reestruturação Via Varejo*

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano formal para o fechamento de 88 lojas da bandeira Ponto Frio, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração de Defesa Econômica ("CADE") conforme requerido pelo Acordo de Prevenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia comunicou os funcionários, proprietários das lojas, fornecedores, entre outros e registrou provisão para fechamento de lojas no montante de R\$34.700, sendo R\$20.700 referente ao valor líquido dos ativos imobilizados e R\$14.000 referente a outras despesas relacionadas ao fechamento.

Das 88 lojas previstas, 66 foram fechadas tendo a Companhia decidido pela manutenção de 8 lojas. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia mantinha a provisão para fechamento de lojas no montante de R\$7.289, relativa as 14 lojas previstas para serem fechadas, além de despesas adicionais que possam vir a ser incorridas das lojas já fechadas.

g) *Avaliação de ativos da associação entre CBD e Casas Bahia*

Em relação aos trabalhos dos consultores externos informados pela controladora CBD em Comunicado ao Mercado de 16 de outubro de 2012, a Administração da Companhia entende não existir qualquer fato ou efeito que deva ser divulgado nestas demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS, seriam pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional"), que é o Real (R\$), que também é a moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013.

A Administração considerou nos saldos iniciais da Controladora, o saldo dos recebíveis vendidos ao Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC") que ainda estavam em aberto em 31 de dezembro de 2011. Esta mudança visa representar os riscos que a Controladora assumia na data do balanço. Em adição e para melhor apresentação e comparabilidade os seguintes saldos de 31 de dezembro de 2011 também foram reclassificados:

	Controladora			
	Saldo anterior	FIDC	Ágio sobre investimentos	Saldo atual Reclassificado
Ativo:				
Contas a receber - corrente	791.538	928.225	-	1.719.763
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	124.276	(124.276)	-	-
Investimentos	4.191.683	-	109.454	4.301.137
Intangível	949.890	-	(109.454)	840.436
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	210.834	803.949	-	1.014.783

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração -- Continuação

	Saldo anterior	Paes Mendonça	Consolidado		Saldo atual
			Ágio sobre investimentos	Outros	
					Reclassificado
Ativo:					
Contas a receber - não corrente	555.841	(445.056)	-	-	110.785
Outras contas a receber - não corrente	107.013	445.056	-	(14.000)	538.069
Estoques - não corrente	-	-	-	14.000	14.000
Investimentos	253.250	-	86.872	-	340.122
Intangível	5.026.233	-	(86.872)	-	4.939.361

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Participação nos investimentos - %				
31.12.2012			31.12.2011	
Sociedades	Companhia	Participação Indiretas	Companhia	Participação Indiretas
Subsidiárias:				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10,00	-	10,00	-
Sé Supermercado Ltda. ("Sé")	100,00	-	93,10	0,69
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	18,33	76,04
Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC")	-	-	9,04	1,06
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	82,75	17,25	-	93,79
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100,00	-	94,36
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	-	93,10
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços. Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	89,42	9,85
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,90	0,10
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,90	0,10
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Posto Ciara Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Império Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Duque Santo André Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Duque Lapa Ltda.	-	100,00	-	-
Duque Conveniências Ltda.	-	100,00	-	-
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	52,41	-	52,41
Via Varejo S.A.	52,41	-	52,41	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	52,41	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	52,41	-	52,41

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação -- Continuação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures" -- Continuação

Sociedades	31.12.2012		31.12.2011	
	Companhia	Participação Indiretas	Companhia	Participação Indiretas
Ponto Frio Adm e Importação de Bens Ltda.	-	52,41	-	52,40
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	52,41	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	52,41	-	52,15
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	39,05	31,11	39,05	31,11
E-HubConsult. Particip. e Com. S.A. ("E-Hub")	-	70,16	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	70,16	-	70,16
Saper Participações Ltda.	-	-	24,21	-
Sabara S.A.	-	52,41	-	52,41
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	52,41	-	7,86
<u>Associadas e Joint Ventures:</u>				
Ponto Frio Leasing S.A.	-	-	-	26,21
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	43,22	-	40,76
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	13,10	-	13,10
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	2,00	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	26,21	-	26,21
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	43,22	-	40,76

Todas as participações são calculadas considerando o percentual detido pela GPA ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que algumas empresas possuem acordo de acionistas que confere o controle à Companhia e, portanto, são consolidadas integralmente.

b) Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não uma entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação -- Continuação

b) Subsidiárias-- Continuação

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

i. *Novasoc*

Embora a participação da Companhia na Novasoc represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o contrato social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

ii. *PAFIDC e Globex FIDC*

A Companhia consolida as demonstrações financeiras do PAFIDC e do GlobexFIDC, que representam fundos de investimento constituídos com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato dos riscos de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estarem vinculados a quotas subordinadas detidas pela Companhia e pelas subsidiárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 as operações com o PAFIDC e GlobexFIDC foram reestruturadas, vide nota explicativa nº 10.

iii. *Via Varejo*

A Companhia detém 52,41% de participação no capital social da Via Varejo, conferindo-lhe o controle dessa subsidiária, consolidando integralmente suas demonstrações financeiras. A Via Varejo concentra as atividades de comércio de eletroeletrônicos, operando sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia". A Companhia atua também por meio de sua subsidiária Nova Pontocom, no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviaagens.com.br.

iv. *Sendas*

A Companhia detém 100% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no Estado do Rio de Janeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

b) Subsidiárias--Continuação

v. *GPA M&P*

Em 2011, a Companhia iniciou os trabalhos para organizar o GPA M&P uma subsidiária com o objetivo de gerir e explorar seu patrimônio imobiliário.

c) Associadas – Ponto Frio Leasing S.A.

Em AGE da BINV realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação integral da Ponto Frio Leasing S.A. com base no balanço patrimonial de 30 de novembro de 2011, o que ocorreu em 13 de abril de 2012, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

d) Associadas - BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que o poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.

A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação nas associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do exercício como resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e, quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação—Continuação

d) Associadas - BINV e FIC -- continuação

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

e) Participação em *joint venture* - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture*, denominada Bartira, na qual a participação do GPA, por meio de sua subsidiária NCB, é de 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda. ("Casa Bahia"), possui participação de 75%, os quais formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo exercício e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia.

Demonstramos a seguir, as principais linhas das demonstrações financeiras condensadas da Bartira. Vale salientar que a Companhia consolida proporcionalmente 25% de Bartira.

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante	157.196	130.564
Ativo não circulante	73.244	60.258
Total do ativo	230.440	190.822
Passivo circulante	111.500	87.216
Passivo não circulante	16.440	1.177
Patrimônio líquido	102.500	102.429
Total do passivo e patrimônio líquido	230.440	190.822
Resultado		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	464.048	473.838
Lucro antes do imposto de renda	5.516	23.387
Lucro líquido do exercício	68	14.619

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada categoria de ativo ou passivo financeiro.

A nota explicativa nº20 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias e incluídos no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis, e (iii) investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros -- Continuação

(i) *Ativos financeiros* -- Continuação

Mensuração subsequente

- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros -- Continuação

(i) *Ativos financeiros* -- Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros -- Continuação

Especificamente em relação aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão incluídos na avaliação coletiva da perda.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos, financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

c) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do exercício restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo ocorrer, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- Se o item protegido for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e Dixlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis — Continuação

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo.

e) Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de *marketing*, reembolsos de custo de frete, dentre outras modalidades.

A cada fechamento dos balanços a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros, apresentaram perda de seu valor recuperável.

f) Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis — Continuação

g) Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado na medida que os correspondentes estoques são vendidos, compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica “resultado financeiro”.

A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras” pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber” e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (“*impairment test*”) tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização afim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (“WACC”), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis — Continuação

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -- continuação

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

j) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,5%
Benfeitorias e melhorias	4,9%
Equipamentos de processamento de dados	21,8%
Software	12,0%
Instalações	9,5%
Móveis e utensílios	10,7%
Veículos	27,7%
Máquinas e equipamentos	9,3%
Decoração	20,0%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2012 e concluiu que não há alterações a realizar neste período.

k) Custos de captação de empréstimos

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas do exercício em que ocorrem.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

l) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquiridos de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é 10 anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

m) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

n) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

p) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

q) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

r) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do Patrimônio Líquido, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no Patrimônio Líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

s) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

s) Pagamento baseado em ações -- Continuação

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº32).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

t) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício e as ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- *numerador*: lucro do exercício; e
- *denominador*: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

u) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

u) Apuração do lucro líquido -- Continuação

(i) Receita -- Continuação

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia como estipulante nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas líquidas dos respectivos custos e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia, bem como seus valores possam ser confiavelmente mensurados.

c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto da Companhia, na demonstração do resultado.

d) Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

e) Receita de Permuta

As receitas são reconhecidas: (i) no momento de conclusão da permuta dos terrenos de propriedade do GPA M&P pelo valor justo da contraprestação recebida na data da permuta; (ii) pela entrega das unidades vendidas pelo GPA M&P. O custo das unidades vendidas compreende o valor justo da permuta inicialmente reconhecida.

(ii) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

u) Apuração do lucro líquido -- Continuação

(ii) *Custo das mercadorias vendidas -- continuação*

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas com vendas*

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* se referem a campanhas publicitárias para cada segmento em que a Companhia atua. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores recebidos de fornecedores, em cooperação.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado.

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

v) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

v) Tributação -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos -- continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

w) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

w) Combinações de negócios e ágio -- continuação

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

x) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano.

y) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços, em compras subsequentes.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

z) Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta lista de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (CPC 36 (R3)) - a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes -- continuação

IFRS 11 – Joint Ventures (CPC 18 (R2)) - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma, e sua aplicação trará efeitos sobre a *joint venture* Bartira, que em 1º de janeiro de 2013, deixará de consolidar proporcionalmente suas demonstrações financeiras (conforme demonstrado na nota 3e), e preliminarmente, a Companhia avalia a possibilidade de contabilizar pelo método de equivalência patrimonial.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades (CPC 45) - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (CPC 26 (R1)) – apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Esta norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (CPC 36) – como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes -- continuação

- IAS 28 – Investimentos em Coligadas (CPC 18 (R2)) – como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 – Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em *joint ventures*, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma, e sua aplicação trará efeitos sobre a *joint venture* Bartira, que em 1º de janeiro de 2013, deixará de consolidar proporcionalmente suas demonstrações financeiras (conforme demonstrado na nota 3e), e preliminarmente a Companhia avalia a possibilidade de contabilizar pelo método de equivalência patrimonial.
- IAS32 – Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a) *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – a Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e das recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

b) *Redução ao valor recuperável - "impairment"*

Conforme método divulgado na nota 4 i), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às Unidades Geradoras de Caixa - UGC (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das UGC's com um múltiplo de venda (30%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGC's com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2;
- Passo 2: Preparamos fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de Vendas entre 5,1% e 6,7% até o 5º ano, e crescimento de 2% acima da inflação para o 6º ano em diante. A taxa de desconto utilizada foi 10,8%.

c) *Impostos sobre a renda*

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro real, com base no planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia e de suas subsidiárias resultam em um benefício fiscal de R\$796.771 em 31 de dezembro de 2012 (R\$764.524 em 31 de dezembro de 2011). Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização conforme definido em lei é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício, e referem-se à Companhia e às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A nota explicativa nº22 fornece outros detalhes sobre impostos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

d) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos de operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, ele é determinado usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

e) *Pagamentos baseados em ações*

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 27 f).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

f) Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos, vide nota explicativa nº 24. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia acredita que as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa (a)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e contas bancárias		230.183	144.507	490.616	399.133
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Itaú BBA	100,2%	370.448	549.678	1.430.672	1.001.876
Itaú – Fundo Delta	101,1%	706.458	1.069.170	1.831.692	1.738.612
Banco do Brasil	101,5%	722.665	400.167	1.376.813	631.716
Bradesco	102,7%	684.409	118.051	1.496.352	852.626
Santander	102,5%	61.744	3.080	62.692	110.996
CEF	98,7%	3.046	2.812	4.104	2.812
Votorantim	100,8%	2.196	2.640	5.850	7.433
Safra	100,7%	83.873	1.826	337.682	156.317
Outros	(b)	25.309	36.852	49.778	68.434
		2.890.331	2.328.783	7.086.251	4.969.955

(a) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são substancialmente operações compromissadas, remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas ao final de cada mês.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Administradoras de cartões de crédito (a)	146.114	144.227	421.384	454.648
Tickets de vendas	124.845	92.810	181.251	151.311
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	-	-	2.078.439	1.937.410
Financiamento ao consumidor – Bradesco	-	-	-	25.606
Vendas a crédito - cheques pré-datados	2.537	984	4.004	4.010
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	30.016	49.106
Contas a receber – FIDCs (c)	-	928.225	-	2.558.726
Cartão de crédito próprio - parcelamento sem juros	22.356	19.214	22.360	19.214
Contas a receber de partes relacionadas	192.430	197.758	-	-
Contas a receber de fornecedor (f)	438.459	336.545	571.549	447.398
Ajuste a valor presente (d)	-	-	(5.488)	(10.823)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (e)	(81)	-	(189.492)	(210.970)
Outras contas a receber	-	-	94.940	11.864
Circulante	926.660	1.719.763	3.208.963	5.437.500
Financiamento ao consumidor - CDCI	-	-	117.487	117.783
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	-	-	(8.988)	(6.998)
Não circulante	-	-	108.499	110.785
	926.660	1.719.763	3.317.462	5.548.285

a) Administradoras de cartões de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis por meio das empresas administradoras de cartões de crédito. Nas subsidiárias Via Varejo, NCB e Nova Pontocom, estes recebíveis referentes à venda de bens e serviços vencem em parcelas de até 24 meses, as subsidiárias vendem tais recebíveis para bancos ou administradoras de cartões de crédito sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada para obtenção de capital de giro. A taxa média de juros para a cessão destes recebíveis, praticadas nos últimos 12 meses, foi de 110,00% do CDI.

b) Financiamento ao consumidor – CDCI – Via Varejo

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por intermediação (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto, são substancialmente inferiores a 12 meses.

A Via Varejo mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (Vide nota explicativa nº 19).

c) Contas a receber – FIDCs

A Companhia e suas subsidiárias realizavam operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com PAFIDC e Globex FIDC. O volume de operações acumulado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$9.681.225 (R\$9.477.372 durante 2011) para o PAFIDC e R\$3.331.757 (R\$3.948.543 durante 2011) para o Globex FIDC, nos quais foram retidas a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos consolidados na securitização desses títulos em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$107.409 (R\$126.781 em 31 de dezembro 2011) para o PAFIDC e R\$101.068 (R\$153.373 em 31 de dezembro de 2011) para a Globex FIDC, reconhecidos como despesas financeiras no resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber -- Continuação

c) Contas a receber – FIDCs -- Continuação

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Não constam mais saldos em abertos destes recebíveis no PAFIDC e Globex FIDC em 31 de dezembro de 2012 (R\$928.225 na controladora e R\$2.591.148 no consolidado em 31 de dezembro de 2011). O saldo da carteira do PAFIDC foi liquidado em 26 de dezembro de 2012 e o saldo da carteira do Globex FIDC foi liquidado em 14 de dezembro de 2012.

Tendo em vista a reestruturação dos fundos descritas na nota explicativa nº 10, em Dezembro de 2012, a Companhia vendeu R\$491.302 de recebíveis de operadoras de cartão de crédito, diretamente a operadoras ou bancos, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada. A taxa média praticada para estas operações de venda foram de 109,00% do CDI.

d) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 essas taxas eram, em média, de 0,72% ao mês (0,97% ao mês em 31 de dezembro de 2011).

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>No início do exercício</u>	-	-	(217.968)	(180.964)
Provisão registrada no exercício	(442)	-	(324.720)	(273.279)
Valores recuperados	361	-	258	2.055
Baixas de contas a receber	-	-	343.950	234.220
<u>No fim do exercício</u>	(81)	-	(198.480)	(217.968)
Circulante	(81)	-	(189.492)	(210.970)
Não circulante	-	-	(8.988)	(6.998)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber -- Continuação

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Abaixo apresentamos a composição do contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2012	3.515.942	3.338.809	91.796	32.820	21.823	30.694
31.12.2011	5.766.253	5.577.771	116.461	34.586	22.491	14.944

f) Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber referente à venda de ativo imobilizado	11.345	8.391	78.821	58.686
Verba cooperada com fornecedores	-	-	51.939	50.617
Adiantamento a fornecedores	7.839	6.613	10.396	7.885
Valores a ressarcir	12.274	27.813	102.427	122.070
Contas a receber por serviços prestados	-	3.491	3.189	4.430
Aluguéis a receber	13.110	10.432	17.630	14.896
Outras contas a receber – PAFIDC	-	-	-	62.412
Adiantamentos e empréstimos a funcionários	-	-	10.004	8.208
Supermercado Boa Esperança	-	8.393	-	8.393
Sendas S.A.	-	19.144	-	19.144
Contas a receber – Paes Mendonça (a)	-	-	484.008	445.056
Outras	2.313	2.590	19.460	15.893
	46.881	86.867	777.874	817.690
Circulante	21.141	40.131	221.477	279.621
Não circulante	25.740	46.736	556.397	538.069

a) Contas a receber – Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são corrigidas monetariamente (Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M) e garantidas por direitos de locação comercial (“Fundo de Comércio”) de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, pela Novasoc e pela Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, os quais vencem em 2014.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis

O GPA transferiu até dezembro de 2012 uma parte de seus recebíveis de cartões de crédito e tickets alimentação com dois fundos de securitização de recebíveis constituídos para esse fim, o Globex FIDC e o PAFIDC.

A estrutura de capital do PAFIDC em 31 de dezembro de 2011 era composta por 10.295 quotas seniores detidas por terceiros ("Banco Rabobank") no valor de R\$1.235.901, representando 89,90% do patrimônio do fundo e 2.864 quotas subordinadas detidas pela Companhia (CBD) e suas subsidiárias no valor de R\$138.849, representando 10,10% do patrimônio do fundo. As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estavam registradas no ativo não circulante como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$124.276.

A estrutura de capital do Globex FIDC em 31 de dezembro de 2011 era composta por 11.666 quotas seniores detidas por terceiros (investidores do mercado de capitais) no valor de R\$1.184.522, representando 85,00% do patrimônio do fundo, e 1.910 quotas subordinadas, detidas pela Via varejo, no valor de R\$209.068, representando 15,00% do patrimônio do fundo.

A participação retida em quotas subordinadas representava a exposição máxima às perdas nas transações de desconto através dessas estruturas.

A taxa de juros das quotas seniores está demonstrada a seguir:

Consolidado

Quotistas	Quantidade	31.12.2012		31.12.2011	
		Taxa CDI	Saldo a resgatar	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A – PAFIDC	5.826	-	-	108,00%	758.660
Seniores B – PAFIDC	4.300	-	-	108,00%	207.614
Seniores C – PAFIDC	169	-	-	108,00%	269.627
Sênior - 1ª série – Globex FIDC	11.666	-	-	107,75%	1.184.522
			-		2.420.423
Circulante			-		1.235.901
Não circulante			-		1.184.522

As quotas subordinadas têm o risco de absorver as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia e de suas subsidiárias em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis -- continuação

Reestruturação dos Fundos em 2012

Devido a mudanças na política de desconto de recebíveis, foram negociadas mudanças nos fundos de recebíveis, como segue:

- a) PAFIDC: Alteração no regulamento do PAFIDC aprovada na Assembléia Geral de Quotistas de 21 de dezembro de 2012, na qual a Companhia deixou de possuir qualquer participação ou obrigação com o Fundo. O Fundo teve sua razão social alterada, passando a se denominar Multicredit FIDC e deixou de deter, exclusivamente, recebíveis de GPA.

Desta forma, como GPA não tem mais qualquer participação no atual Multicredit FIDC e nenhuma obrigação de absorver qualquer um dos riscos esperados dos ativos do fundo, o Fundo deixou de ser consolidado em 26 de dezembro de 2012.

- b) Globex FIDC: As operações de desconto de recebíveis com cartão de crédito através do Globex FIDC foram encerradas em 14 de dezembro de 2012, em comum acordo com os quotistas Sênior.

Desta forma, as quotas sênior foram pagas aos quotistas pelo Fundo e em 31 de dezembro de 2012, remanesce no Fundo saldo de caixa e obrigações em contrapartida a quotas subordinadas que serão resgatadas, concluindo assim o processo de liquidação do Fundo, durante o primeiro trimestre de 2013.

Com esta reestruturação a Via Varejo passou a realizar a operação de desconto dos recebíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 8 c).

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Lojas	1.288.127	1.172.026	2.890.345	3.489.429
Centrais de distribuição	892.962	796.600	3.037.565	2.292.992
Estoque em construção (d)	-	-	172.280	14.000
Bonificações nos estoques (a)	(40.251)	(46.908)	(99.453)	(130.304)
Provisão para obsolescência/perdas e quebras (b)	(8.141)	(6.780)	(53.126)	(75.809)
Ajuste a valor presente (c)	-	-	(15.683)	(23.539)
	2.132.697	1.914.938	5.931.928	5.566.769
Circulante	2.132.697	1.914.938	5.759.648	5.552.769
Não circulante	-	-	172.280	14.000

a) Bonificações nos estoques

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem à bonificação se realiza.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques -- continuação

b) Provisão para obsolescência/perdas e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
No início do exercício	(6.780)	(8.921)	(75.809)	(51.906)
Adições	(5.132)	(3.878)	(59.311)	(271.810)
Baixas	3.771	6.019	81.994	247.907
No fim do exercício	(8.141)	(6.780)	(53.126)	(75.809)

c) Ajuste a valor presente – Via Varejo

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária indireta NCB. Para a Companhia e demais subsidiárias, a Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

d) Estoques em construção

O valor dos estoques de unidades imobiliárias em construção se refere ao valor justo da permuta de terreno por unidades imobiliárias (nota explicativa nº 28).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Imposto sobre vendas</u>	63.389	176.986	609.977	434.531
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (a)	41.637	169.829	575.236	262.242
Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS/COFINS a recuperar	21.752	7.157	34.741	172.289
<u>Imposto de renda</u>	40.270	110.532	115.635	250.691
Aplicação financeira	36.381	63.479	70.157	171.066
Outros	3.889	47.053	45.478	79.625
<u>Outros</u>	90.055	126.203	145.409	222.480
ICMS a recuperar sobre imobilizado (a)	-	10.594	23.175	52.733
ICMS substituição tributária (a)	88.261	93.741	88.261	94.291
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	29.338	43.497
Outros	1.794	22.469	4.753	33.199
Ajuste a valor presente (a)	-	(601)	(118)	(1.240)
Circulante	193.714	413.721	871.021	907.702
<u>Imposto sobre vendas</u>	150.333	-	1.144.790	687.925
ICMS a recuperar (a)	150.333	-	994.077	677.095
PIS/COFINS a recuperar	-	-	150.713	10.830
<u>Outros</u>	67.318	24.526	86.852	42.073
ICMS a recuperar sobre imobilizado (a)	-	31.781	6.679	55.306
Ajuste a valor presente (a)	-	(7.255)	(680)	(13.233)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	67.318	-	80.853	-
Não circulante	217.651	24.526	1.231.642	729.998
	411.365	438.247	2.102.663	1.637.700

(a) A realização do ICMS total desse valor nos próximos cinco anos ocorrerá conforme indicado a seguir:

Em	Controladora	Consolidado
Até um ano	129.898	686.554
2014	98.140	535.329
2015	33.807	335.118
2016	8.439	99.788
2017	9.947	29.841
	280.231	1.686.630

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi preparado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Cientes				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	41.395	42.232	-	-
Sé Supermercados	91.009	91.146	-	-
Sendas Distribuidora	55.121	57.312	-	-
Barcelona	1.865	5.137	-	-
Xantocarpa	-	1	-	-
Via Varejo	1.858	1.176	-	-
Nova Pontocom (xii)	1.182	754	-	-
	192.430	197.758	-	-
Fornecedores				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	14.627	8.482	-	-
Sé Supermercados	4.526	4.662	-	-
Sendas Distribuidora	12.883	17.984	-	-
Barcelona	2.809	1.923	-	-
Xantocarpa	590	1.530	-	-
Via Varejo	1.936	1.721	-	-
Nova Pontocom (xii)	1.127	1.148	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC	10.905	8.574	13.673	10.679
Dunnhumby (xiv)	20	186	20	186
<i>Joint Ventures:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	35.984	58.158
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Globalbev Bebidas e Alimentos	2.928	2.586	3.422	3.012
Bravo Café	212	231	213	231
Fazenda da Toca Ltda (xv)	475	222	560	254
Sykué Geração Energia	127	-	341	-
Axialent	-	307	-	310
	53.165	49.556	54.213	72.830

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas -- Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias e serviços e outras operações-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Vendas</u>				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc	359.134	340.064	-	-
Sé Supermercados	838.015	808.432	-	-
Sendas Distribuidora	367.007	326.680	-	-
Barcelona	1.591	9.299	-	-
Via Varejo S.A.	-	4	-	-
Nova Pontocom (xii)	-	15.671	-	-
Nova Casa Bahia	19	1.926	-	-
	1.565.766	1.502.076	-	-
<u>Compras</u>				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	7.377	3.995	-	-
Sé Supermercados	10.510	13.636	-	-
Sendas Distribuidora	47.490	34.494	-	-
Nova Pontocom (xii)	19	-	-	-
E-HUB Cons. Part. e Com. S.A.	767	217	-	-
ECQD Participações	-	2	-	-
<i>Joint Ventures:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	449.392	348.392
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Globalbev Bebidas e Alimentos	11.808	10.227	14.175	9.992
Bravo Café	1.590	1.589	1.600	1.209
Sykué Geração de Energia (vii)	4.018	5.432	13.748	22.318
Fazenda da Toca Ltda. (xv)	6.105	3.083	6.934	2.375
	89.684	72.675	485.849	384.286

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo				
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	-	7.898	-	7.898
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	56.046	18.994	-	-
Sé Supermercados (ix)	-	40.313	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	1.262.060	889.455	-	-
Xantocarpa	21.069	18.698	-	-
Barcelona (ix)	-	88.030	-	-
Nova Pontocom (xii)	24.557	15.059	-	-
GPA M&P	20.501	-	-	-
Vancouver (xxi)	83.848	3.183	-	-
Nova Casa Bahia	806	5	-	-
Posto GPA - Salim Maluf (ix)	453	-	-	-
Posto GPA - Santo André (ix)	170	-	-	-
Posto GPA - Loja Conveniência (ix)	109	-	-	-
Posto GPA - Império (ix)	477	-	-	-
Posto GPA - Lapa (ix)	343	-	-	-
Posto GPA - Ciara (ix)	340	-	-	-
Rede Duque (xxiii)	-	-	472	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	-	-	-	3.634
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Vedra	20	20	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	103.236	55.243
Administradores da Nova Pontocom (vi)	37.082	34.209	37.082	34.209
Audax SP (x)	22.335	20.746	22.335	20.728
Audax Rio (x)	3	-	6.957	9.378
Outros	2.090	6.421	2.082	2.325
	1.532.309	1.143.031	172.164	133.415
Passivo				
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	1.242	-	1.242	-
Fundo Península (ii)	15.756	15.256	16.218	15.772
<i>Controladas:</i>				
Sé Supermercados (ix)	1.246.051	-	-	-
Barcelona (ix)	621.580	-	-	-
Via Varejo(xi)	332.609	153.212	-	-
Bellamar	14.283	-	-	-
Nova Pontocom (xii)	-	959	-	-
P.A. Publicidade	11.775	7.601	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	4.033	7.900	1.742	11.764
<i>Joint Ventures:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	62.439	-
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	-	342
Outros	-	3.344	-	-
	2.247.329	188.272	81.641	27.878

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receitas (Despesas)				
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	(5.511)	(5.061)	(5.511)	(5.061)
Fundo Península (ii)	(148.897)	(142.823)	(156.707)	(148.460)
Grupo Diniz(iii)	(18.974)	(17.553)	(18.974)	(18.776)
Wilkes Participações (xx)	(2.803)	(2.259)	(2.803)	(2.259)
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	8.713	7.715	-	-
Sé Supermercados (ix)	22.272	20.109	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	53.694	51.937	-	-
Audax SP (x)	(13.172)	(13.340)	(13.172)	(13.340)
Audax Rio (x)	-	-	(13.834)	(13.603)
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	17.027	-	19.272	1.842
Dunnhumby (xiv)	(807)	(334)	(807)	(334)
<i>Joint Ventures:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	(139)	-
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Sykué Consultoria em Energia Ltda. (viii)	(828)	(382)	(2.019)	(382)
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	(152.033)	(141.183)
Administradores da Nova Pontocom (vi)	2.873	3.555	2.873	3.555
Axialent Consultoria (xxii)	(1.840)	(2.921)	(1.840)	(2.921)
Habile Segurança e Vigilância Ltda (xix)	-	-	(30.117)	(38.719)
Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (xviii)	(8.400)	(8.400)	(8.400)	(8.400)
	(96.653)	(109.757)	(384.211)	(388.041)

As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

- i. *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$ 2.727 mil, permite a transferência de “know-how” no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por sete anos, com renovação automática por prazo indeterminado. A partir do sétimo ano de vigência, o valor do pagamento anual passará a ser de US\$ 1.818 mil. Esse contrato foi aprovado na AGE ocorrida em 16 de agosto de 2005.
- ii. *Fundo Península*: 59 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a Sé e 1 imóvel com a Barcelona.
- iii. *Grupo Diniz*: locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para Sendas.
- iv. *FIC*: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infra-estrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados “desconto financeiro”); (iii) receitas de aluguel de imóveis; e (iv) convênio de rateio de custos .

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas—Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

- v. *Casa Bahia Comercial Ltda.*: a Via Varejo possui contas a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo, GPA e Casa Bahia Comercial, que garante à Via Varejo o direito de reembolso, pela Casa Bahia, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas pela Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010 (vide xii).

Adicionalmente, a Via Varejo e sua subsidiária NCB têm contratos de aluguel de centros de distribuição, e prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da Casa Bahia Comercial.

- vi. *Administradores da Nova Pontocom*: em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom, um mútuo no valor de R\$10.000 bem como celebrou contrato de permuta com torna no valor de R\$20.000, ambos com vencimentos em 8 de janeiro de 2018 e devidamente reajustados.
- vii. *Sykué Geração de Energia*: aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras da Companhia.
- viii. *Sykué Consultoria em Energia Ltda*: prestação de serviços de planejamento energético para suprimento de energia elétrica, com projeção do consumo de energia para cada unidade consumidora, durante 102 meses (estudo de viabilidade econômica dos custos da manutenção das lojas no mercado cativo ou no mercado livre) e assessoria regulatória junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, CCEE e ONS.
- ix. *Novasoc, Sé Supermercados, Sendas Distribuidora, Barcelona, Posto GPA Salim Maluf, Posto GPA Santo André, Posto GPA Império, Posto GPA Lapa, Posto GPA Ciara e GPA Loja Conveniência*: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como: tesouraria, contabilidade, jurídico e outros, bem como contratos de operação mercantil, comissão mercantil e mútuos.
- x. *Audax*: valores de mútuo aos clubes de futebol Audax SP e Audax RJ, além do suporte financeiro na formação de atletas profissionais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

- xi. *Via Varejo*: a entidade possui um contas a pagar referente “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010 (vide v), bem como contrato de comissão mercantil.
- xii. *Nova Pontocom*: valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como: tesouraria, contabilidade, jurídico e outros e de mútuos remunerados a 105% do CDI.
- xiii. *Indústria de Móveis Bartira Ltda.*: valores decorrentes de despesas com infraestrutura e compra e venda de mercadorias.
- xiv. *Dunnhumby*: Contrato de Prestação de Serviços de Gestão das Informações.
- xv. *Fazenda da Toca Ltda.*: Contrato de Fornecimento de ovos orgânicos, laranja convencional, sucos orgânicos e etc.
- xvi. *Duque Comércio e Participações Ltda. e Posto de Serviços 35 Ltda.*: contrato de Opção de Compra e Venda de Quotas (Posto Vereda Tropical, Rebouças e Barueri), vide nota explicativa 15 (ii).
- xvii. *Flylighth*: Contrato de Cessão Temporária de Aeronave.
- xviii. *Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio*: contrato de cessão temporária de equipamentos.
- xix. *Habile Segurança e Vigilância Ltda.*: a Via Varejo por meio da sua subsidiária Nova Casa Bahia S.A., efetuou operações com serviços de segurança.
- xx. *Wilkes*: comissões pagas referentes aos contratos de empréstimos da Companhia em que a Wilkes é fiadora.
- xxi. *Vancouver*: valores transferidos pela controladora para futuro aumento de capital.
- xxii. *Axialent Consultoria*: contrato de prestação de serviços de consultoria em recursos humanos.
- xxiii. *Rede Duque*: representa contrato de mútuo entre Vancouver e os postos de combustíveis Vereda Tropical, Rebouças e Barueri.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e Conselho Fiscal, que foram registradas na demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram as seguintes:

Em relação à remuneração total em 31 de dezembro de 2012				
	Salário base	Remuneração Variável	Plano de Opção de compra de ações	Total
Conselho de Administração (*)	7.924	-	-	7.924
Diretoria	17.002	23.051	20.662	60.715
Conselho Fiscal	486	-	-	486
	<u>25.412</u>	<u>23.051</u>	<u>20.662</u>	<u>69.125</u>

Em relação à remuneração total em 31 de dezembro de 2011				
	Salário base	Remuneração variável	Plano de Opção de compra de ações	Total
Conselho de Administração (*)	7.836	-	-	7.836
Diretoria	19.176	25.610	16.643	61.429
Conselho Fiscal	504	-	-	504
	<u>27.516</u>	<u>25.610</u>	<u>16.643</u>	<u>69.769</u>

(*)Remuneração de acordo com o número de participações em reuniões.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora											
	Sé	Sendas	Novasoc	Via Varejo (*)	Nova Pontocom	NCB (*)	Barcelona	Bellamar	GPA M&P	API SPE	Outros	Total
Saldos em 31.12.2010	1.702.505	35.378	30.041	1.337.715	18.994	835.689	-	-	-	-	23.856	3.984.178
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	14.000	15.488	111	29.599
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.419	1.419
Baixa	(152.074)	(36.655)	(11.271)	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)
Equivalência patrimonial	220.394	36.014	36.407	43.327	10.478	20.815	-	-	(666)	-	7.916	374.685
Ágio não incorporado	109.454	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.454
Ganho/ participação acionária	-	-	-	838	964	-	-	-	-	-	-	1.802
Saldos em 31.12.2011	1.880.279	34.737	55.177	1.381.880	30.436	856.504	-	-	13.334	15.488	33.302	4.301.137
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	10.065	1.060	68	11.193
Cisão	(515)	(504)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.019)
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	749	749
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Incorporação	628.077	292.336	(5.445)	-	-	-	698.954	199.538	11.313	-	-	1.824.773
Equivalência patrimonial	272.800	30.863	42.385	168.087	1.134	(35.847)	-	-	120.043	(348)	4.588	603.705
Dividendos a receber	-	-	-	(2.458)	-	-	-	-	-	-	-	(2.458)
Ganho/ (perda) participação acionária	(2.837)	(210)	-	1.086	415	-	-	-	-	-	-	(1.546)
Saldos em 31.12.2012	2.777.804	357.222	92.117	1.548.595	31.985	820.657	698.954	199.538	154.755	16.200	38.700	6.736.527

(*) No caso da NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto ao investimento contábil detido nesta subsidiária.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos -- Continuação

a) Composição dos investimentos-- Continuação

	Consolidado				
	FIC (ii)	BINV	Bartira (i)	Outros	Total
Saldos em 31.12.2010	213.294	11.810	-	7.436	232.540
Adições	-	-	-	112	112
Mais valia de investimento	-	-	86.872	-	86.872
Baixas	-	(14.223)	-	(4)	(14.227)
Equivalência patrimonial	29.953	4.872	-	-	34.825
Transferência	(10.179)	17.263	-	(7.084)	-
Saldos em 31.12.2011	233.068	19.722	86.872	460	340.122
Adições	-	-	-	4	4
Equivalência patrimonial	10.245	575	-	(1)	10.819
Dividendos a receber	(11.473)	(1.553)	-	-	(13.026)
Ganho participação acionária	24.510	-	-	-	24.510
Saldos em 31.12.2012	256.350	18.744	86.872	463	362.429

(i) Mais valia de investimento mantido na Bartira

Refere-se à mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela NCB de 25% do capital social da Bartira. Sua mensuração foi realizada pelo método de "*Income Approach*", considerando o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente avaliado e quantificado na forma de fluxo de caixa. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre CB e a Companhia.

Esse ativo foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

(ii) FIC

As demonstrações financeiras resumidas da FIC são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante	3.384.723	3.485.365
Ativo não circulante	43.171	201.785
Ativo total	3.427.894	3.687.150
Passivo circulante	2.768.570	3.008.357
Passivo não circulante	18.710	52.446
Patrimônio líquido	640.614	626.347
Total passivo e patrimônio líquido	3.427.894	3.687.150
Demonstração do Resultado:		
Receitas	897.814	911.643
Resultados operacionais	66.671	75.849
Lucro líquido	39.268	77.509

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos -- Continuação

Para efeito do cálculo do investimento o patrimônio da investida deve ser deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco.

O resumo das demonstrações financeiras das investidas Via Varejo e Nova Pontocom estão apresentadas na nota explicativa nº 35.

15. Combinação de negócios

Aquisição da Rede Duque

Contexto da operação

Em 2009, a Companhia assinou Contrato de Terceirização de Gestão ("Contrato de Gestão") com Rede Duque, por um prazo de 20 anos, em que a Companhia exerceria a gestão operacional e financeira de 39 postos de combustíveis da rede, por meio de sua subsidiária Vancouver Empreendimentos e Participações Ltda. ("Vancouver") em troca de remuneração sobre o resultado destes postos.

Em 28 de maio de 2012, o Contrato de Gestão foi rescindido e, como parte deste acordo de rescisão, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, a Vancouver adquiriu a totalidade das ações de cinco postos ("Postos Adquiridos") e se associou a Rede Duque em outros três postos por meio da aquisição de ações representando 95% de seu capital social ("Postos da Associação"), com posterior opção de compra a ser exercida por Rede Duque ("Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas").

i) Aquisição dos 5 Postos

Por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de seis empresas que eram parte de Rede Duque, e exploravam cinco postos de combustíveis (uma das empresas explora a atividade de loja de conveniência em um dos postos adquiridos), com receita líquida desde a aquisição de R\$25.686, e prejuízo de R\$1.299.

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição dos cinco postos de Rede Duque

Nos termos do Contrato de Gestão, a Companhia e Vancouver haviam adiantado, a título de utilização das marcas do GPA nos postos e de exclusividade na gestão dos postos, o montante de R\$30.000, cuja liberação estava condicionada a certos eventos. Este montante foi utilizado como parte no pagamento de aquisição dos Postos Adquiridos, acrescido de pagamento adicional de R\$10.000, totalizando preço de aquisição de R\$40.000.

Identificação provisória dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

A Companhia efetuou a identificação provisória dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Rede Duque, na data da combinação de negócios, sendo que o acervo líquido das entidades adquiridas monta R\$3.129.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios —Continuação

Aquisição da Rede Duque—Continuação

Ágio apurado na aquisição

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle dos Postos Adquiridos, e (ii) mensuração provisória dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou um ágio no montante de R\$38.702. A Companhia completará a alocação do preço de compra através da identificação de intangíveis adquiridos até 28 de maio de 2013.

ii) Associação dos 3 postos

Por meio do Contrato de Assunção de Dívida, celebrado na mesma data entre a Companhia, Vancouver e Rede Duque, a Vancouver assumiu dívidas bancárias de Rede Duque no montante de R\$50.000. Na mesma data, as partes celebraram o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, pelo qual a Vancouver adquiriu, aproximadamente 95% das ações dos Postos da Associação, que operavam três postos de combustíveis com receita líquida aproximada de R\$3.500, mediante a cessão de parte dos créditos de Vancouver contra a Rede Duque, adquiridos em decorrência da assunção de dívida ora referida. A gestão dos postos adquiridos permanecerá com Rede Duque, e a Companhia terá vetos de proteção.

Ainda por meio do acordo, foi celebrado o Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas, pelo qual a Vancouver outorgou à Rede Duque uma opção de compra de suas quotas representativas do capital social dos Postos da Associação, exercível em um ano, pelo montante de R\$50.000 atualizados desde a assinatura por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. A Companhia possui ainda uma opção de venda, que pode demandar que Rede Duque compre as ações de sua propriedade nos mesmos termos acima, caso a opção de compra não seja exercida.

Caso as opções de compra e venda expirem, a Vancouver poderá adquirir as quotas representativas do capital social dos Postos da Associação de propriedade da Rede Duque por R\$1 (um Real) somado aos dividendos do período de um ano de associação.

O montante de R\$50.000 está contabilizado como um instrumento financeiro pelo montante de sua realização, que é o valor justo da participação dos postos da associação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

a) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2011
Terrenos	820.089	-	-	-	(14.000)	806.089
Edifícios	1.795.262	23.380	(57.085)	(252)	199.566	1.960.871
Benfeitorias em imóveis de terceiros	986.223	387	(71.054)	(3.844)	184.656	1.096.368
Máquinas e equipamentos	363.139	182.839	(67.235)	(9.077)	44.139	513.805
Instalações	92.104	18.985	(9.610)	(334)	9.276	110.421
Móveis e utensílios	160.881	54.887	(24.715)	(1.596)	19.464	208.921
Veículos	15.194	9.470	(4.748)	(1.798)	582	18.700
Imobilizado em andamento	421.480	429.934	-	(10.404)	(581.845)	259.165
Outros	120.987	28.135	(6.962)	(2)	(105.962)	36.196
	4.775.359	748.017	(241.409)	(27.307)	(244.124)	5.010.536
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	3.665	50.239	(14.127)	(241)	2.936	42.472
Edifícios	22.974	-	(1.369)	-	-	21.605
	26.639	50.239	(15.496)	(241)	2.936	64.077
Total	4.801.998	798.256	(256.905)	(27.548)	(241.188)	5.074.613

	Saldo em:						Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Depreciação	Incorporação (*)	Baixas	Transferências	31.12.2012
Terrenos	806.089	91.288	-	40.010	-	219.899	1.157.286
Edifícios	1.960.871	13.591	(59.721)	51.314	(5.547)	5.444	1.965.952
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.096.368	71.765	(80.045)	68.683	(1.217)	233.763	1.389.317
Máquinas e equipamentos	513.805	170.285	(101.655)	37.709	(5.131)	70.473	685.486
Instalações	110.421	20.735	(12.105)	7.646	(594)	11.232	137.335
Móveis e utensílios	208.921	71.927	(27.716)	13.265	(1.880)	(2.751)	261.766
Veículos	18.700	14.342	(5.175)	1.750	(10.740)	1.168	20.045
Imobilizado em andamento	259.165	413.380	-	2.101	(33)	(564.297)	110.316
Outros	36.196	40.290	(9.215)	2.819	(69)	(31.763)	38.258
	5.010.536	907.603	(295.632)	225.297	(25.211)	(56.832)	5.765.761
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>							
Equipamentos de informática	42.472	-	(12.142)	-	-	-	30.330
Edifícios	21.605	-	(942)	-	-	-	20.663
	64.077	-	(13.084)	-	-	-	50.993
Total	5.074.613	907.603	(308.716)	225.297	(25.211)	(56.832)	5.816.754

(*) Refere-se à reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1 c).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado – Continuação

a) Controladora -- Continuação

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.157.286	-	1.157.286	806.089	-	806.089
Edifícios	2.748.229	(782.277)	1.965.952	2.649.382	(688.511)	1.960.871
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.419.833	(1.030.516)	1.389.317	1.937.875	(841.507)	1.096.368
Máquinas e equipamentos	1.541.610	(856.124)	685.486	1.223.421	(709.616)	513.805
Instalações	333.717	(196.382)	137.335	285.015	(174.594)	110.421
Móveis e utensílios	610.406	(348.640)	261.766	507.854	(298.933)	208.921
Veículos	30.208	(10.163)	20.045	29.318	(10.618)	18.700
Imobilizado em andamento	110.316	-	110.316	259.165	-	259.165
Outros	82.188	(43.930)	38.258	66.647	(30.451)	36.196
	9.033.793	(3.268.032)	5.765.761	7.764.766	(2.754.230)	5.010.536
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	58.703	(28.373)	30.330	58.703	(16.231)	42.472
Edifícios	34.447	(13.784)	20.663	34.448	(12.843)	21.605
	93.150	(42.157)	50.993	93.151	(29.074)	64.077
Total	9.126.943	(3.310.189)	5.816.754	7.857.917	(2.783.304)	5.074.613

b) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2011
Terrenos	983.005	210	-	1.263	(36.308)	948.170
Edifícios	1.907.727	27.755	(60.935)	(149)	241.150	2.115.548
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.515.898	87.352	(112.857)	(22.164)	329.263	1.797.492
Máquinas e equipamentos	608.748	316.900	(119.097)	(19.429)	132.060	919.182
Instalações	244.524	41.994	(31.128)	42	10.268	265.700
Móveis e utensílios	399.573	101.518	(59.896)	(21.358)	17.569	437.406
Veículos	246.798	76.751	(43.723)	(15.189)	2.234	266.871
Imobilizado em andamento	577.957	596.847	-	(8.427)	(824.830)	341.547
Outros	142.173	40.389	(12.940)	(245)	(88.068)	81.309
	6.626.403	1.289.716	(440.576)	(85.656)	(216.662)	7.173.225
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	74.332	-	(4.264)	(887)	(41.240)	27.941
Hardware	31.895	101.318	(21.992)	(17.054)	10.918	105.085
Instalações	1.086	-	(104)	(1)	(120)	861
Móveis e utensílios	17.864	-	(1.506)	(35)	(6.176)	10.147
Veículos	14.074	-	(9.990)	(2.564)	12.544	14.064
Edifícios	28.683	-	(1.756)	-	-	26.927
	167.934	101.318	(39.612)	(20.541)	(24.074)	185.025
Total	6.794.337	1.391.034	(480.188)	(106.197)	(240.736)	7.358.250

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuação

b) Consolidado -- Continuação

	Saldo em:						Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Depreciação	Aquisição de Subsidiária(**)	Baixas	Transferências	31.12.2012
Terrenos	948.170	97.051	-	-	-	219.543	1.264.764
Edifícios	2.115.548	14.184	(65.466)	-	(8.070)	234	2.056.430
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.797.492	255.018	(150.389)	5	6.669	335.065	2.243.860
Máquinas e equipamentos	919.182	280.694	(187.381)	531	(14.030)	108.682	1.107.678
Instalações	265.700	39.405	(36.464)	320	(2.963)	19.336	285.334
Móveis e utensílios	437.406	123.170	(64.966)	34	(9.910)	8.637	494.371
Veículos	266.871	25.649	(36.109)	29	(41.015)	14.365	229.790
Imobilizado em andamento	341.547	567.275	-	83	(391)	(703.883)	204.631
Outros	81.309	47.714	(18.455)	-	(307)	(30.733)	79.528
	7.173.225	1.450.160	(559.230)	1.002	(70.017)	(28.754)	7.966.386
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>							
Equipamentos	27.941	-	(3.819)	-	(433)	(469)	23.220
Hardware	105.085	3.177	(30.005)	-	982	17	79.256
Instalações	861	-	(110)	-	(26)	320	1.045
Móveis e utensílios	10.147	-	(1.388)	-	(246)	223	8.736
Veículos	14.064	-	(102)	-	(3.793)	86	10.255
Edifícios	26.927	-	(1.328)	-	-	1	25.600
	185.025	3.177	(36.752)	-	(3.516)	178	148.112
Total	7.358.250	1.453.337	(595.982)	1.002	(73.533)	(28.576)	8.114.498

(**) Refere-se a aquisição da Rede Duque descrita na nota explicativa nº 15.

O saldo da coluna de transferência está impactado principalmente pelo montante de R\$76.289 e R\$123.639 de ICMS sobre ativo imobilizado, controladora e consolidado, respectivamente, que foi incorporado no custo do ativo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuação

b) Consolidado -- Continuação

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.264.764	-	1.264.764	948.170	-	948.170
Edifícios	2.906.108	(849.678)	2.056.430	2.907.817	(792.269)	2.115.548
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.698.557	(1.454.697)	2.243.860	3.116.923	(1.319.431)	1.797.492
Máquinas e equipamentos	2.243.454	(1.135.776)	1.107.678	1.892.180	(972.998)	919.182
Instalações	567.033	(281.699)	285.334	512.834	(247.134)	265.700
Móveis e utensílios	981.198	(486.827)	494.371	870.285	(432.879)	437.406
Veículos	300.629	(70.839)	229.790	319.889	(53.018)	266.871
Imobilizado em andamento	204.631	-	204.631	341.547	-	341.547
Outros	152.264	(72.736)	79.528	136.885	(55.576)	81.309
	12.318.638	(4.352.252)	7.966.386	11.046.530	(3.873.305)	7.173.225
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	37.051	(13.831)	23.220	39.374	(11.433)	27.941
Hardware	152.194	(72.938)	79.256	149.476	(44.391)	105.085
Instalações	1.859	(814)	1.045	1.220	(359)	861
Móveis e utensílios	14.897	(6.161)	8.736	15.373	(5.226)	10.147
Veículos	12.800	(2.545)	10.255	20.293	(6.229)	14.064
Edifícios	43.401	(17.801)	25.600	43.402	(16.475)	26.927
	262.202	(114.090)	148.112	269.138	(84.113)	185.025
Total	12.580.840	(4.466.342)	8.114.498	11.315.668	(3.957.418)	7.358.250

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa n °24 (h).

d) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$17.205 (R\$27.076 em 31 de dezembro de 2011). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 106,4% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

e) Adições ao ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adições (i)	767.861	726.557	1.308.951	1.262.640
Arrendamentos financeiros (ii)	-	50.239	3.177	101.318
Juros capitalizados	15.738	21.461	17.205	27.076
Financiamento de imóveis	124.004	-	124.004	-
Total	907.603	798.257	1.453.337	1.391.034

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de imobilizado realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$3.177 (R\$101.318 em 31 de dezembro de 2011), Controladora e Consolidado, referente a aquisições de imobilizado realizadas por intermédio de arrendamentos mercantis financeiros, por não envolver, na data de aquisição, desembolso de caixa.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado—Continuação

f) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2012 as subsidiárias Via Varejo e NCB contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados o valor consolidado de R\$35.755 (R\$30.476 em 31 de dezembro de 2011) referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários e edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

g) Testes de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 10,8% antes dos impostos sobre a renda.

17. Intangíveis

a) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	31.12.2011
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	-	183.781
Ágio - varejo	300.614	-	-	-	(109.454)	191.160
Fundo de Comércio – varejo (e)	-	-	-	-	17.600	17.600
Softwares e implantação (h)	195.260	155.114	(53.493)	(11.188)	162.202	447.895
	679.655	155.114	(53.493)	(11.188)	70.348	840.436

	Saldo em:						Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Incorporação (*)	Baixas	Transferências	31.12.2012
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	-	-	183.781
Ágio - varejo	191.160	-	-	173.133	(300)	(8.581)	355.412
Fundo de Comércio – varejo (e)	17.600	-	-	-	-	17.302	34.902
Softwares e implantação (h)	447.895	25.512	(68.486)	114	(7)	128.993	534.021
	840.436	25.512	(68.486)	173.247	(307)	137.714	1.108.116

(*) Refere-se à reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1 c).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuação

a) Controladora -- Continuação

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – eletro	183.781	-	183.781	183.781	-	183.781
Ágio – varejo	1.073.990	(718.578)	355.412	899.659	(708.499)	191.160
Fundo de Comércio – varejo (e)	34.902	-	34.902	17.600	-	17.600
Softwares e implantação (h)	823.449	(289.428)	534.021	690.180	(242.285)	447.895
	2.116.122	(1.008.006)	1.108.116	1.791.220	(950.784)	840.436

b) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	31.12.2011
Ágio – atacado de autosserviços	358.965	-	-	-	2.602	361.567
Ágio – eletro	289.084	-	-	-	7.580	296.664
Ágio – varejo	723.776	-	-	-	(6.706)	717.070
Marcas – atacado de autosserviços (d)	38.639	-	-	-	-	38.639
Marcas – eletro (d)	2.015.010	82	-	-	126	2.015.218
Fundo de Comércio – eletro (e)	603.266	7.779	(12.139)	(10.793)	25.371	613.484
Mais valia de investimento	86.872	-	-	-	(86.872)	-
Fundo de Comércio – varejo (e)	-	-	-	-	17.600	17.600
Relacionamento de clientes – eletro	24.845	-	(6.283)	-	-	18.562
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira (f)	212.652	-	(77.720)	-	-	134.932
Contrato de aluguel vantajoso – NCB (g)	251.994	-	(50.992)	-	-	201.002
Software(h)	310.877	183.774	(79.173)	(32.407)	141.552	524.623
Total intangível	4.915.980	191.635	(226.307)	(43.200)	101.253	4.939.361

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuação

b) Consolidado -- Continuação

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	31.12.2012
Ágio – atacado de autosserviços	361.567	-	-	-	-	361.567
Ágio – eletro	296.664	-	-	-	(57)	296.607
Ágio – varejo	717.070	38.777	-	(300)	(8.582)	746.965
Marcas – atacado de autosserviços (d)	38.639	-	-	-	-	38.639
Marcas – eletro (d)	2.015.218	41	-	-	-	2.015.259
Fundo de Comércio – eletro (e)	613.484	-	(8.050)	(579)	3.442	608.297
Fundo de Comércio – varejo (e)	17.600	-	-	-	17.302	34.902
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	-	-	-	-	10.000	10.000
Relacionamento de clientes – eletro	18.562	-	(6.282)	-	-	12.280
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira (f)	134.932	-	(73.738)	-	-	61.194
Contrato de aluguel vantajoso – NCB (g)	201.002	-	(51.864)	-	-	149.138
Software(h)	524.623	84.402	(98.180)	(800)	130.663	640.708
Total intangível	4.939.361	123.220	(238.114)	(1.679)	152.768	4.975.556

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – atacado de autosserviços	371.008	(9.441)	361.567	371.008	(9.441)	361.567
Ágio – eletro	296.607	-	296.607	296.664	-	296.664
Ágio – varejo	1.848.402	(1.101.437)	746.965	1.826.132	(1.109.062)	717.070
Marcas – atacado de autosserviços (d)	38.639	-	38.639	38.639	-	38.639
Marcas – eletro (d)	2.015.259	-	2.015.259	2.015.219	(1)	2.015.218
Fundo de Comércio – eletro (e)	663.565	(55.268)	608.297	661.823	(48.339)	613.484
Fundo de Comércio – varejo (e)	34.902	-	34.902	17.600	-	17.600
Fundo de Comércio – atacado de autosserviços (e)	10.000	-	10.000	-	-	-
Relacionamento de clientes – eletro	34.268	(21.988)	12.280	34.268	(15.706)	18.562
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira (f)	221.214	(160.020)	61.194	221.214	(86.282)	134.932
Contrato de aluguel vantajoso – NCB (g)	256.104	(106.966)	149.138	256.103	(55.101)	201.002
Software (h)	1.003.604	(362.896)	640.708	816.536	(291.913)	524.623
Total intangível	6.793.572	(1.818.016)	4.975.556	6.555.206	(1.615.845)	4.939.361

c) Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio decorrentes de aquisição cujo saldo deixou de ser amortizado a partir de 01 de janeiro de 2008 com o objetivo de avaliar se ocorreram alterações no valor contábil dos ativos decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que poderiam indicar deterioração ou perda do valor recuperável “*Impairment*” para todas as Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuação

c) Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis -- continuação

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado a quatro unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, sendo Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,8% (15,5% em 31 de dezembro de 2011), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,7% (3,0% em 31 de dezembro de 2011). Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável.

d) Marca

A marca do atacado de Autosserviço refere-se à “ASSAI”, e as marcas do eletro referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

O valor foi submetido a teste recuperável de ativos através da metodologia de *Income approach – Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento de perpetuo de 2,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,9%.

e) Fundo de Comércio

Os Fundos de Comércio se referem a valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais e, por montantes calculados como o valor justo destes direitos nas combinações de negócio de Casas Bahia e Ponto Frio. Para fins de teste de recuperabilidade destes ativos, foram alocados às lojas que deram origem ao direito, e testados em conjunto com o ativo imobilizado, conforme descrito na nota 6 b).

f) Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira

A NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Esse contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi registrado por ocasião da combinação de negócio e foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurada a metodologia “*Income Approach*”.

A vida útil desse ativo foi definida como três anos, encerrando-se durante o ano de 2013. Esse intangível foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis - Continuação

g) Contrato de aluguel vantajoso – NCB

Refere-se aos imóveis da CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional em condições vantajosas realizado pela NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicada a metodologia *"Income Approach"*. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre a CB e a Companhia.

A vida útil desse ativo foi definida como dez anos de acordo com o contrato de associação. Esse intangível foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

h) Outros Intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

i) Ativos intangíveis com vida útil definida

Contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores produtos	2.142.033	2.052.952	5.820.514	5.541.769
Fornecedores de serviços	649.364	473.960	947.805	740.000
Fornecedores outros	-	-	55.599	7.699
Ajuste a Valor Presente	-	-	(20.678)	(10.711)
	2.791.397	2.526.912	6.803.240	6.278.757

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Circulante</u>				
<u>Debêntures (i)</u>				
Debêntures	554.918	506.122	674.003	506.122
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(206)	68	(206)	68
Custo de captação	(4.756)	(4.346)	(5.353)	(4.346)
	549.956	501.844	668.444	501.844
 <u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda local</u>				
BNDES (e)	90.863	109.224	113.236	152.751
IBM	-	-	5.100	6.815
Capital de giro (c)	154.896	38.065	155.196	126.892
Crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI (c) (d)	-	-	2.498.997	2.263.122
PAFIDC (Nota 10)	-	803.949	-	1.235.901
Arrendamentos financeiros (Nota 25)	66.863	55.800	83.054	81.521
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(11.210)	(882)	(11.210)	(882)
Custo de captação	(5.983)	(6.424)	(7.290)	(8.670)
Outros	-	-	-	2.379
	295.429	999.732	2.837.083	3.859.829
 <u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	592.470	15.546	723.140	537.023
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(18.874)	(197)	(17.387)	19.163
Custo de captação	(129)	(298)	(130)	(361)
	573.467	15.051	705.623	555.825
	1.418.852	1.516.627	4.211.150	4.917.498

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Composição da dívida -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Não circulante</u>				
<u>Debêntures (i)</u>				
Debêntures	2.948.000	2.145.886	3.748.000	2.145.886
Custo de captação	(5.889)	(8.368)	(6.647)	(8.368)
	2.942.111	2.137.518	3.741.353	2.137.518
 <u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda local</u>				
BNDES (e)	269.090	375.560	283.141	405.515
IBM	-	-	-	5.112
Capital de giro (c)	1.435.568	1.098.730	1.806.566	1.406.575
Crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI (c) (d)	-	-	130.338	129.300
Globex FIDCs	-	-	-	1.184.522
Arrendamentos financeiros (Nota 25)	138.066	152.344	162.537	194.788
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(35.221)	(17.129)	(35.221)	(25.779)
Custo de captação	(6.914)	(7.244)	(8.172)	(7.780)
	1.800.589	1.602.261	2.339.189	3.292.253
 <u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	211.092	716.621	258.811	832.657
Contratos de " <i>swap</i> " (c), (g)	(50.456)	(26.729)	(58.249)	(21.399)
Custo de captação	-	(129)	-	(129)
	160.636	689.763	200.562	811.129
	4.903.336	4.429.542	6.281.104	6.240.900

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante.

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	1.746.776	2.267.402
2015	2.466.973	3.318.010
2016	293.479	293.881
Após 2016	408.911	416.630
Sub-total	4.916.139	6.295.923
 Custo de captação	(12.803)	(14.819)
 Total	4.903.336	6.281.104

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento do capital de giro, swap e crédito direto ao consumidor por intermediação - CDCI

	Taxa*	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Dívida					
<u>Moeda local</u>					
Banco do Brasil	11,8% a.a.	524.175	809.769	524.175	1.856.869
Banco do Brasil	104,99% do CDI	710.074	327.026	1.997.047	327.026
Bradesco	111,77% do CDI	-	-	887.730	1.041.287
Santander	105,7% do CDI	-	-	-	88.830
Safra	111,83% do CDI	356.215	-	1.182.145	611.877
		1.590.464	1.136.795	4.591.097	3.925.889
Circulante		154.896	38.065	2.654.193	2.390.014
Não circulante		1.435.568	1.098.730	1.936.904	1.535.875
<u>Moeda estrangeira</u>					
Citibank	(Libor + 1,45%) a.a.	-	-	48.121	-
Itaú BBA	USD + 3,19% a.a.	597.583	536.100	597.583	536.100
Banco do Brasil	USD + 3,9% a.a. e 2,3% a.a.	-	-	-	317.373
Bradesco	USD + 2,68% a.a. e 3,94% a.a.	-	-	-	115.017
Santander	USD + 4,49% a.a.	1.936	203	132.204	116.239
Unibanco	USD + 4,90% a.a.	-	-	-	89.087
HSBC	USD + 2,40% a.a.	204.043	195.864	204.043	195.864
		803.562	732.167	981.951	1.369.680
Circulante		592.470	15.546	723.140	537.023
Não circulante		211.092	716.621	258.811	832.657
<u>Contratos de swap</u>					
Citibank	105% do CDI	-	-	(7.145)	-
Itaú BBA	103,7% do CDI	(34.067)	(901)	(34.067)	(901)
Banco do Brasil	102,65% do CDI	(46.432)	(18.011)	(46.432)	(15.681)
Bradesco	103,9% do CDI	-	-	-	(4.348)
Santander	110,7% do CDI	-	-	839	18.058
Unibanco	104,96% do CDI	(206)	68	(206)	68
HSBC	99,00% do CDI	(35.262)	(26.025)	(35.262)	(26.025)
		(115.967)	(44.869)	(122.273)	(28.829)
Circulante		(30.290)	(1.011)	(28.803)	18.349
Não circulante		(85.677)	(43.858)	(93.470)	(47.178)
		2.278.059	1.824.093	5.450.775	5.266.740

* Taxa média ponderada ao ano.

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominados em moeda estrangeira ou local.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

d) Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, entretanto, são substancialmente inferiores a 12 meses. Os encargos financeiros médios cobrados são de 111,40% do CDI. Nesses contratos, a NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados, garantidos por instituições financeiras por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

e) BNDES

				Controladora		Consolidado	
Encargos financeiros anuais	Número de parcelas mensais	Data de Emissão	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
TJLP + 3,2%	46	Jun/07	Nov/12	-	30.285	-	30.285
TJLP + 2,7%	46	Nov/07	Nov/12	-	4.375	-	4.375
TJLP + 3,6%	60	Jul/10	Dez/16	328.120	410.327	328.120	410.327
4,5% a.a.	60	Fev/11	Dez/16	31.833	39.797	31.833	39.797
TJLP + 2,3%	48	Jun/08	Jun/13	-	-	1.376	4.127
TJLP + 2,3%	48	Fev/07	Mai/12	-	-	-	2.112
TJLP + 1,9% a.a.	30	Mai/11	Jun/14	-	-	16.930	28.234
7% a.a.	24	Mar/10	Out/12	-	-	26	16.809
TJLP + 1,9% a.a. + de 1% a.a.	30	Mai/11	Jun/14	-	-	7.258	12.105
TJLP + 3,5% a.a. + de 1% a.a.	30	Mai/11	Jun/14	-	-	6.052	10.095
TJLP + 3% a.a.	24	Set/12	Ago/15	-	-	4.782	-
				359.953	484.784	396.377	558.266
Circulante				90.863	109.224	113.236	152.751
Não circulante				269.090	375.560	283.141	405.515

Os contratos de linha de créditos em moeda local, com o BNDES, são sujeitos à indexação baseada na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida das taxas de remuneração e do custo de captação, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no quadro abaixo.

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) relação "Earnings Before Interest, Taxes Depreciation and Amortization – EBITDA"/dívida líquida igual ou maior que 0,35. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estava adimplente com as cláusulas supramencionadas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fiança como garantia aos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e IBM.

g) Contratos de “swap”

A Companhia faz uso de operações de “swap” para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, pelo o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de “swap” com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas essas transações são classificadas como contabilização de “hedge”, conforme divulgado na nota explicativa nº 20. A taxa média ponderada anual do CDI em 2012 era de 8,40% (11,60% em 2011).

h) Quotas do PAFIDC e Globex FIDC resgatáveis

Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registra os valores relativos às quotas seniores como “Empréstimos e financiamentos”.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures

	Tipo	Valor de Emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Controladora</u>											
6ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	540.000	54.000	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	3	184.278	373.529	184.278	373.529
6ª emissão 2ª série - GPA	Sem preferência	239.650	23.965	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	3	81.782	165.771	81.782	165.771
6ª emissão 1ª e 2ª séries - GPA	Swap de taxa de juros	779.650	-	01/03/07	01/03/13	104,96% do CDI	3	(206)	68	(206)	68
8ª emissão 1ª série- GPA	Sem preferência	500.000	500	15/12/09	15/12/14	109,5% do CDI	1.344	401.042	626.706	401.042	626.706
9ª emissão 1ª série- GPA	Sem preferência	610.000	610	05/01/11	05/01/14	107,7% do CDI	1.204	748.000	685.647	748.000	685.647
10ª emissão 1ª série- GPA	Sem preferência	800.000	80.000	29/12/11	29/06/15	108,5% do CDI	11	873.669	800.355	873.669	800.355
11ª emissão de debêntures - GPA	Sem preferência	1.200.000	120.000	02/05/12	02/11/15	CDI + 1%	10	1.214.147	-	1.214.147	-
<u>Subsidiárias</u>											
3ª emissão 1ª série – Via Varejo	Sem preferência	400.000	40.000	17/02/12	30/07/15	CDI + 1%	10	-	-	413.624	-
1ª emissão – 1ª. série – Nova Pontocom	Sem preferência	100.104	100.000	25/04/12	25/04/13	105,35% do CDI	1	-	-	105.461	-
1ª emissão – 1ª. série - NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/12	29/12/14	CDI + 0,72%	10	-	-	200.000	-
1ª emissão – 2ª série – NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/12	29/01/15	CDI + 0,72%	10	-	-	200.000	-
Custo de captação								(10.645)	(12.714)	(12.000)	(12.714)
								3.492.067	2.639.362	4.409.797	2.639.362
Passivo circulante								549.956	501.844	668.444	501.844
Passivo não circulante								2.942.111	2.137.518	3.741.353	2.137.518

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	Valor
Em 31 de dezembro de 2011	159.075	2.639.362
3º emissão de debêntures	40.000	400.000
11ª emissão de debêntures	120.000	1.200.894
1ª emissão – 1ª. série – Nova Pontocom	100.000	100.000
1ª emissão – 1ª. série - NCB	20.000	200.000
1ª emissão – 2a. série - NCB	20.000	200.000
Juros e “swap” provisionados	-	326.879
Amortizações	-	(657.339)
Em 31 de dezembro de 2012	459.075	4.409.797

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e não possuem garantia, exceto para as emissões das subsidiárias, em que a Companhia oferece o aval.

A forma de amortização dessas debêntures varia de acordo com a emissão. As seguintes modalidades de amortização são previstas: (i) pagamento exclusivo no vencimento (incluindo todas as séries da Nova Pontocom e a 9ª emissão da CBD), (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração anual (10ª emissão da CBD), (iii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (11ª emissão da GPA, 3ª emissão da Via Varejo e 1ª emissão da NCB), (iv) parcelas anuais (6ª série da CBD) e pagamentos semestrais a partir do 4º aniversário da emissão, (v) pagamentos e remuneração semestrais a partir do 3º aniversário da emissão (8ª emissão da CBD).

As emissões 8ª, 9ª, 10ª e 11ª, têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão. A 6ª emissão, e a 3ª emissão da Via Varejo só poderão ser resgatadas a partir do 18º mês. As emissões da NCB e da Nova Pontocom não preveem o resgate antecipado.

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas, exceto no caso da Nova Pontocom. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25 (efetivo em 31 de dezembro de 2012 foi de 0,19). Em 31 de dezembro de 2012, o GPA havia atendido a todos esses índices.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.890.331	2.328.783	2.890.331	2.328.783
Contas a receber e outras contas a receber	973.541	1.806.630	973.541	1.806.630
Partes relacionadas – ativo (*)	1.532.309	1.143.031	1.532.309	1.143.031
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo (*)	(2.247.329)	(188.272)	(2.247.329)	(188.272)
Fornecedores	(2.791.397)	(2.526.912)	(2.791.397)	(2.526.912)
Debêntures	(3.492.067)	(2.639.362)	(3.495.985)	(2.641.113)
Empréstimos e financiamentos	(1.631.170)	(1.838.718)	(1.723.551)	(2.009.010)
<u>Passivos financeiros derivativos – valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	(1.198.951)	(1.468.089)	(1.198.951)	(1.468.089)
<u>Exposição líquida</u>	(5.964.733)	(3.382.909)	(6.061.032)	(3.554.952)
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.086.251	4.969.955	7.086.251	4.969.955
Contas a receber e outras contas a receber	4.095.336	6.365.975	4.099.069	6.370.988
Partes relacionadas – ativo (*)	172.164	133.415	172.164	133.415
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo (*)	(81.641)	(27.878)	(81.641)	(27.878)
Fornecedores	(6.803.240)	(6.278.757)	(6.803.240)	(6.278.757)
Opções de compra/venda	359.057	304.339	359.057	304.339
Debêntures	(4.409.797)	(2.639.362)	(4.402.206)	(2.641.113)
Empréstimos e financiamentos	(4.342.993)	(4.903.639)	(4.498.755)	(5.110.360)
<u>Passivos financeiros derivativos – valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	(1.739.464)	(3.615.397)	(1.739.464)	(3.615.397)
<u>Exposição líquida</u>	(5.664.327)	(5.691.349)	(5.808.765)	(5.894.808)

(*) As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros -- Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa nº 20 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação da hierarquia dos ativos e passivos a valor justo está descrita na nota explicativa nº 20 (c).

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos a seguir:

(i) *Risco de crédito*

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa nº 7).
- Contas a receber: a Companhia vende diretamente a clientes individuais por meio de cheques pré-datados, as quais representam uma pequena parte das vendas, 0,10% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (0,09% em 31 de dezembro de 2011).
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são substancialmente destinadas ao PAFIDC e Globex FIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa nº 10).

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (“Hedge” de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente esse efeito.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos, tais como “swaps”, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	6.322.188	5.946.169	10.492.254	11.158.398
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.890.331)	(2.328.783)	(7.086.251)	(4.969.955)
Dívida líquida	3.431.857	3.617.386	3.406.003	6.188.443
Patrimônio líquido	8.494.725	7.625.273	11.067.951	10.094.425
Patrimônio líquido e dívida líquida	11.926.582	11.242.659	14.473.954	16.282.868

(v) *Risco de gestão de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

a) Controladora

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	92.100	2.828.530	-	2.920.630
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	355	70.562	-	70.917
Arrendamento mercantil financeiro	55.800	118.000	34.100	207.900
31 de dezembro de 2011	730.510	5.787.225	34.100	6.551.835

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

(v) *Risco de gestão de liquidez* -- Continuação

a) Controladora -- Continuação

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	888.439	2.111.787	149.876	3.150.102
Debêntures	727.053	3.323.809	-	4.050.862
Instrumentos financeiros derivativos	(16.219)	(81.335)	-	(97.554)
Arrendamento mercantil financeiro	54.023	121.046	44.485	219.554
31 de dezembro de 2012	1.653.296	5.475.307	194.361	7.322.964

b) Consolidado

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	3.248.159	3.478.612	-	6.726.771
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	27.573	66.634	-	94.207
Arrendamento mercantil financeiro	88.847	158.140	41.800	288.787
31 de dezembro de 2011	3.946.834	6.473.519	41.800	10.462.153

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	3.561.872	2.669.235	149.876	6.380.983
Debêntures	897.657	4.225.743	-	5.123.400
Instrumentos financeiros derivativos	(11.345)	(87.647)	-	(98.992)
Arrendamento mercantil financeiro	74.373	143.868	49.992	268.233
31 de dezembro de 2012	4.522.557	6.951.199	199.868	11.673.624

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

Algumas operações de “swap” são classificadas como “*hedge*” de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de referência dos contratos eram de R\$1.144.050 (R\$2.057.826 em 31 de dezembro de 2011). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos --Continuação*

Os derivativos da Companhia contratados a partir de 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) contratos de “swap” de dívidas em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para conversão de taxas de juro fixas e moedas estrangeiras para real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$259.883 em 31 de dezembro de 2012 (R\$607.184 em 31 de dezembro de 2011) e (ii) são primariamente relativos a debêntures, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de “swaps” com limitadores (“caps”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos “swaps” tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de “hedge” é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de “hedges” contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (“hedge accounting”), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de “hedge” de valor justo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<i>Swap com contabilização de hedge</i>					
Objeto de "hedge" (dívida)		1.144.050	2.057.826	1.506.413	2.398.836
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
Taxa prefixada	11,82% a.a.	377.000	685.000	521.575	810.335
US\$ + fixa	3,36% a.a.	767.050	1.372.826	996.538	1.604.792
		1.144.050	2.057.826	1.518.113	2.415.127
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	CDI 102,15% a.a.	(1.144.050)	(2.057.826)	(1.396.045)	(2.373.503)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	122.068	41.624
		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<i>Swap sem contabilização de hedge</i>					
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
US\$ + fixa	5,92% a.a.	-	67.884	-	89.474
CDI + fixa	100% CDI + 0,05% a.a.	259.883	539.300	266.276	540.987
		259.883	607.184	266.276	630.461
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	104,96% do CDI	(259.883)	(607.184)	(266.071)	(643.191)
Posição de "swap" líquida		-	-	205	(12.730)
Posição de "swap" líquida		-	-	122.273	28.894

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$122.273 (R\$28.894 em 31 de dezembro de 2011) e está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos".

Os efeitos do "hedge" ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram uma perda de R\$15.572 (e ganho de R\$53.307 em 31 de dezembro de 2011).

(vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação

(vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos* -Continuação

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para “swap”, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos “swaps” cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No cálculo do valor justo, as dívidas e os “swaps” são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DIXlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros--Continuação

(i) *"Hedge" de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa prefixada	Aumento da taxa	(589.413)	(589.413)	(589.413)
"Swap" (posição ativa a taxa prefixada)	Aumento da taxa	589.508	589.508	589.508
	Efeito líquido	95	95	95
"Swap" (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(535.158)	(550.389)	(566.045)
Efeito líquido total			(15.231)	(30.887)

(ii) *Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado*

Transações	Risco	Projeções de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida – US\$	Aumento do US\$	(1.036.860)	(1.296.076)	(1.555.291)
Swap (posição ativa em US\$)	Aumento do US\$	1.055.761	1.319.701	1.583.642
	Efeito líquido	18.901	23.625	28.351
"Swap" (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(986.392)	(996.172)	(1.006.027)
<u>Efeito líquido total</u>			(5.056)	(10.185)
"Swap" (posição vendida em US\$)	Queda do CDI	269.214	269.906	270.589
"Swap" (posição comprada em CDI)	Aumento do CDI	(269.008)	(269.734)	(270.450)
	Efeito líquido	206	172	139
<u>Efeito líquido total</u>			(34)	(67)

(iii) *Outros instrumentos financeiros*

Transações	Risco	Projeções de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Debentures	CDI + 0,9%	2.588.816	2.630.874	2.672.932
Debentures	108,4% do CDI	2.345.457	2.383.561	2.421.665
Empréstimo bancário	102,50% do CDI	4.209.755	4.278.147	4.346.538
Arrendamento mercantil	100,21% do CDI	216.721	220.275	223.830
Arrendamento mercantil	Taxa pré – 2,6% a.a	16.797	16.797	16.797
Arrendamento mercantil	IGP-DI + 6% a.a.	35.467	36.043	36.619
Exposição total a empréstimos e financiamentos		9.413.013	9.565.697	9.718.381
Caixa e equivalentes de caixa	100,3 % do CDI (*)	7.662.111	8.419.362	8.553.956
Exposição líquida		(1.750.902)	(1.146.335)	(1.164.425)
Deterioração comparada com o cenário I			604.567	586.477

(*) *média ponderada*

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos a seguir:

	31.12.2012	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 3)
"Swaps" de taxa de juros entre Moedas	75.637	75.637	-
"Swaps" de taxas de juros	46.637	46.637	-
Empréstimos e financiamentos	(1.739.464)	(1.739.464)	-
Debentures	(4.409.797)	(4.409.797)	-
Opções de compra/venda (e), (f)	359.057	-	359.057
	(5.667.930)	(6.026.987)	359.057

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros --Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto		Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
descrição	Contrapartes				31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
“Swaps” cambiais registrados na CETIP (US\$ x CDI)								
	Santander	US\$ 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(1.350)	(5.680)	(839)	(5.330)
	Santander	US\$ 40.000	14/03/2008	02/03/2012	-	(13.094)	-	(12.728)
	Banco do Brasil	US\$ 84.000	31/03/2010	12/03/2012	-	(16.320)	-	(16.080)
	Banco do Brasil	US\$ 78.500	09/02/2011	03/02/2012	-	4.964	-	5.099
	Citibank	US\$ 40.000	13/02/2012	13/02/2014	6.765	-	7.145	-
	Bradesco	US\$ 38.892	07/01/2011	04/01/2012	-	3.423	-	4.348
	Itaú Unibanco	US\$ 175.000	01/07/2010	07/09/2013	(18.281)	(28.938)	(16.389)	(29.306)
	Itaú Unibanco	US\$ 160.300	05/05/2011	16/04/2014	43.653	25.708	50.456	30.207
	HSBC	US\$ 150.000	29/04/2011	22/04/2013	34.119	23.076	35.264	25.827
	HSBC	US\$ 7.586	14/12/2011	07/12/2012	-	212	-	197
“Swaps” taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)								
	Banco do Brasil	R\$ 117.000	23/12/2010	24/12/2013	4.746	186	11.210	3.421
	Banco do Brasil	R\$ 33.000	23/12/2010	24/12/2012	-	169	-	882
	Banco do Brasil	R\$ 160.000	23/12/2010	14/01/2013	-	804	-	4.408
	Banco do Brasil	R\$ 35.000	23/12/2010	28/02/2013	-	162	-	1.012
	Banco do Brasil	R\$ 80.000	28/06/2010	12/06/2013	-	394	-	2.091
	Banco do Brasil	R\$ 130.000	28/06/2010	06/06/2014	5.091	369	14.858	3.166
	Banco do Brasil	R\$ 130.000	28/06/2010	02/06/2015	4.706	161	20.363	3.031
	Banco do Brasil	R\$ 200.000	31/03/2010	07/03/2013	-	1.274	-	7.365
	Itaú Unibanco	R\$ 779.650	25/06/2007	01/03/2013	132	(2)	205	(2)
	Santander	R\$ 50.000	28/06/2010	12/06/2013	-	(35)	-	1.286
					79.581	(3.167)	122.273	28.894

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros --Continuação

e) Opção de compra da Bartira

Casa Bahia e a Companhia outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por NCB e pela Casa Bahia na Bartira. As condições são definidas como segue:

- Durante o período de restrição, definido no Acordo de Associação como 36 meses a partir de 1 de julho de 2010, a NCB tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social da Bartira por R\$1,00 para Casa Bahia.
- Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo de Associação, a NCB pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social da Bartira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Na hipótese de NCB não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de NCB pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA.

O instrumento acima foi calculado através da metodologia de Black & Scholes utilizando as seguintes métricas:

- Preço de exercício: R\$200.466 (valor atualizado pelo IPCA até a data do exercício)
- Preço do ativo à vista: R\$672.941, equivalente ao valor da avaliação de 100% da empresa Bartira nas condições em que o ativo poderá ser entregue no caso de exercício da opção, ou seja, sem os efeitos do contrato desvantajoso de fornecimento.
- Volatilidade: 28% com base em empresas comparáveis
- Prazo para exercício: 10 meses
- Taxa livre de risco: 5,8% ao ano.
- Valor justo do instrumento em 31 de dezembro de 2012: R\$306.739.

f) Opção de compra da Rede Duque

A opção de compra no valor de R\$50.000 é atualizada por 110% do CDI e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido no resultado financeiro o montante de R\$2.318, vide nota explicativa nº 15.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

a) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
PIS e COFINS a pagar	47.988	51.421	251.902	137.457
Provisão para imposto de renda e contribuição social	22.991	13.448	147.915	177.739
ICMS a pagar	24.906	-	233.154	-
Outros	5.623	4.233	17.790	17.220
	101.508	69.102	650.761	332.416

b) Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Impostos parcelados Lei nº. 11.941/09 (i)	1.248.158	1.344.662	1.340.855	1.440.636
Outros (ii)	18.043	21.219	19.056	22.386
	1.266.201	1.365.881	1.359.911	1.463.022
Circulante	147.172	163.214	155.368	171.212
Não circulante	1.119.029	1.202.667	1.204.543	1.291.810

- (i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) – a Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu por meio de seus artigos 1º ao 13º parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a esse parcelamento.
- (ii) Outros – a Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e podem ser pagos em 120 meses.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.235.642	803.299	1.676.334	804.655
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a Companhia e 34% para suas subsidiárias	(308.910)	(200.825)	(502.900)	(241.397)
Reversão de provisão para não realização de imposto de renda diferido	-	-	-	106.196
Multas fiscais	(2.704)	(2.371)	(4.671)	(3.053)
Recuperação/reversão de crédito	(17.275)	30.098	(17.275)	31.026
Equivalência patrimonial	150.926	93.671	3.246	10.448
Outras diferenças permanentes não tributáveis (não dedutíveis)	(6.498)	(5.653)	1.702	11.781
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(184.461)	(85.080)	(519.898)	(84.999)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Corrente	(144.941)	-	(326.550)	(142.117)
Diferido	(39.520)	(85.080)	(193.348)	57.118
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(184.461)	(85.080)	(519.898)	(84.999)
Taxa efetiva	14,93%	10,60%	31,00%	10,60%

A CBD não paga contribuição social (9%) com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Impostos de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Prejuízos fiscais	7.095	61.470	796.771	764.524
Provisão para demandas judiciais	97.666	70.326	269.390	269.555
Provisão para operações com instrumentos financeiros derivativos tributados pelo regime de caixa	25.014	21.905	22.608	57.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.375	1.388	75.394	82.147
Amortização fiscal de ágio	43.162	46.052	(270.666)	(178.200)
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	441	2.938	1.320	4.132
Ajuste Leasing Lei 11.638/07	7.158	8.159	6.374	(1.657)
Ajuste a Marcação a Mercado Lei 11.638/07	729	581	729	549
Mais Valia de ativos adquiridos na combinação de negócio	-	-	(986.701)	(1.033.908)
Provisão para redução de ágio	-	-	974	36.789
Inovação tecnológica realização futura	(11.722)	-	(11.722)	-
Outras	14.573	12.191	36.995	133.562
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	185.491	225.010	(58.534)	134.814
Ativo não circulante	185.491	225.010	1.078.842	1.249.687
Passivo não circulante	-	-	(1.137.376)	(1.114.873)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	185.491	225.010	(58.534)	134.814

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	43.700	298.944
2014	33.770	217.995
2015	21.654	204.694
2016	16.760	172.727
2017	69.607	184.482
	185.491	1.078.842

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Aquisição de sociedades

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Aquisição de participação em Assai (i)	4.945	4.568
Aquisição de participação em Sendas (ii)	216.277	238.863
	221.222	243.431
Passivo circulante	63.021	54.829
Passivo não circulante	158.201	188.602

- i. Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacado de autosserviços” para o Grupo.
- ii. Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas em dezembro de 2010 equivalente a 42,57% do capital social à época pelo valor total de R\$377.000. Em 31 de dezembro de 2012 remanesciam quatro parcelas anuais, contabilizadas pelo valor presente, com previsão de atualização pelo IPCA, sendo a última amortização em julho de 2016.

24. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir perdas consideradas prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia:

a) Controladora

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	37.943	250.985	55.682	42.543	387.153
Adições	-	20.288	23.304	6.505	50.097
Parcelamento Lei nº 11.941/09	(39.762)	(17.524)	-	-	(57.286)
Pagamentos	-	(100.647)	(14.669)	-	(115.316)
Reversões	-	(42.036)	2.275	(21.074)	(60.835)
Atualização monetária	1.819	15.432	8.951	6.907	33.109
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	126.498	75.543	34.881	236.922
Adições	-	8.456	46.510	26.377	81.343
Pagamentos	-	(1.987)	(21.513)	(1.512)	(25.012)
Reversões	-	(12.571)	(5.233)	(8.033)	(25.837)
Incorporação (*)	36.093	6.148	6.441	6.025	54.707
Atualização monetária	-	6.419	10.669	6.472	23.560
Saldo em 31 de dezembro de 2012	36.093	132.963	112.417	64.210	345.683

(*) Refere-se à reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1 c).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

b) Consolidado

	PIS/COFINS	Fiscais outras	Previdenciárias e Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	104.468	464.853	110.633	129.383	809.337
Adições	8.754	38.360	52.930	79.046	179.090
Parcelamento Lei nº 11.941/09	(39.762)	(17.524)	-	-	(57.286)
Pagamentos	-	(105.478)	(33.263)	(17.599)	(156.340)
Reversões	(2.723)	(86.579)	(11.374)	(83.212)	(183.888)
Atualização monetária	7.313	52.496	13.927	15.474	89.210
Saldo em 31 de dezembro de 2011	78.050	346.128	132.853	123.092	680.123
Adições	4.963	43.906	102.158	116.616	267.643
Pagamentos	-	(3.179)	(39.197)	(14.528)	(56.904)
Reversões	(947)	(36.454)	(33.547)	(113.218)	(184.166)
Atualização monetária	4.491	13.681	28.569	20.924	67.665
Saldo em 31 de dezembro de 2012	86.557	364.082	190.836	132.886	774.361

c) Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Além disso, uma subsidiária da Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2012 é de R\$86.557 (R\$78.050 em 31 de dezembro de 2011).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

c) Tributárias -- Continuação

Fiscais e Outros

A Companhia e suas subsidiárias têm outras demandas tributárias que após análise de seus consultores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São elas: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o ano de 2012; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro (iv) questionamentos relacionados a compensações de prejuízo fiscal, bem como aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelos fiscos estaduais e (v) outros assuntos de menor expressão. O montante contabilizado em 31 de dezembro de 2012 para esses assuntos é de R\$173.687 (R\$161.460 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/01, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$31.529 (R\$26.334 em 31 de dezembro de 2011).

Outros

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. Em 31 de dezembro de 2012 o montante registrado é R\$158.867 (R\$158.335 em 31 de dezembro de 2011) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados referem-se a processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos nº 2445/88 e nº 2449/88, gerados em virtude de créditos advindos de processos judiciais, e às compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

d) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha uma provisão de R\$177.698 (R\$118.574 em 31 de dezembro de 2011), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de juros ("TR"), 0,29% acumulada em 31 de dezembro de 2012 (1,20% em 31 de dezembro de 2011) acrescidos de juros mensais de 1%.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais--Continuação

d) Trabalhistas -- Continuação

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam a R\$13.138 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.279 em 31 de dezembro de 2011).

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2012, o montante da provisão para essas ações é de R\$36.112 (R\$21.853 em 31 de dezembro de 2011), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e em algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$43.769 em 31 de dezembro de 2012 (R\$63.180 em 31 de dezembro de 2011).
- Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que montam a R\$2.685 em 31 de dezembro de 2012 (R\$6.553 em 31 de dezembro de 2011).

O total das demandas cíveis e outros em 31 de dezembro de 2012 é de R\$132.886 (R\$123.092 em 31 de dezembro de 2011).

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante de R\$7.451.912 em 31 de dezembro de 2012 (R\$4.787.183 em 31 de dezembro de 2011), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – a Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, cuja perda possível corresponde a R\$283.245 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 252.599 em 31 de dezembro de 2011). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

- IRPJ, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF,CSLL, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto de Renda na Fonte Sobre Lucro Líquido - ILL e IPI- a Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$783.305 em 31 de dezembro de 2012 (R\$377.317 em 31 de dezembro de 2011).
- No 4º Trimestre de 2012, a Companhia tomou ciência de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil visando a cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2009, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago e oriundo de transações entre os acionistas Casino e Abílio Diniz. Em tempo, a Companhia apresentou a competente defesa na esfera administrativa e aguarda decisão. Não foi constituída provisão para esse caso, já que, na avaliação dos assessores legais da Companhia, as chances de perda são classificadas parte como possível (R\$300.800 em 31 de dezembro de 2012) e parte como remota.
- COFINS, PIS e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF – a Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$1.076.782 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 861.096 em 31 de dezembro de 2011).
- ICMS – a Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica, (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17 do Estado de São Paulo, (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida, (v) decorrentes de vendas financiadas, (vi) dentre outros de menor expressão. A soma dessas autuações monta a R\$3.599.179 em 31 de dezembro de 2012 (R\$2.516.572 em 31 de dezembro de 2011), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.
- Imposto Sobre Serviço - ISS, Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis - ITBI e outros – referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$325.139 em 31 de dezembro de 2012 (R\$354.578 em 31 de dezembro de 2011) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

- *Outras demandas judiciais* – referem-se a processos administrativos e ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com os valores praticados no mercado e as ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, totalizando R\$638.521 em 31 de dezembro de 2012 (R\$414.254 em 31 de dezembro de 2011).
- *Trabalhistas*: a Companhia possui, ainda, processos com risco de perda estimada como possível no montante de R\$444.941 em 31 de dezembro de 2012 (R\$267.839 em 31 de dezembro de 2011).

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco desses processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais. Os processos acima relacionados não foram incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados às provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo, valores referentes a depósito judicial.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Tributárias	57.847	47.593	137.911	132.061
Trabalhistas	456.921	312.788	738.228	539.246
Cíveis e outras	33.607	26.106	76.155	66.381
Total	<u>548.375</u>	<u>386.487</u>	<u>952.294</u>	<u>737.688</u>

h) Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta de fiança</u>	<u>Total</u>
Tributárias	827.366	950	3.448.462	4.276.778
Trabalhistas	6.156	3.130	44.635	53.921
Cíveis e outras	11.201	1.881	86.733	99.815
Total	<u>844.723</u>	<u>5.961</u>	<u>3.579.830</u>	<u>4.430.514</u>

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitos a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Operações de arrendamento mercantil

a) Arrendamento Operacional

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				
<u>Pagamentos mínimos de aluguéis:</u>				
Até 1 ano	354.816	299.462	931.204	940.567
De 1 ano a 5 anos	1.101.133	786.833	2.579.478	2.444.897
Mais de 5 anos	1.430.996	1.331.426	4.084.681	3.972.034
	2.886.945	2.417.721	7.595.363	7.357.498

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis referem-se ao período contratual do curso normal da operação. Essa obrigação é apresentada no quadro acima, conforme requerido pelo CPC 06 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 31 de dezembro de 2012, o montante da multa seria de R\$863.853 (R\$550.642 em 31 de dezembro de 2011).

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	171.668	245.486	349.424	474.656

(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$358.211 em 31 de dezembro de 2012 (R\$396.350 em 31 de dezembro de 2011), de acordo com o quadro a seguir:

O prazo dos contratos varia entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato nº 12.122/10.

(a) Refere-se aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

Em 3 de outubro de 2005, a Companhia vendeu 60 imóveis (28 hipermercados Extra e 32 supermercados Pão de Açúcar) ao Fundo Península (controlado pelo Grupo Diniz), os quais foram alugados para a Companhia por um prazo de 25 anos, com possibilidade de renovação por mais dois períodos consecutivos de 10 anos cada. Como resultado dessa venda, a Companhia pagou R\$25.517, na data inicial do contrato de locação da loja, como uma quantia inicial para celebrar um contrato de longo prazo. A quantia inicial foi registrada em encargos diferidos e está sendo amortizada por meio do contrato de locação das lojas correspondentes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

a) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

De acordo com o contrato dessa operação, a Companhia e o Grupo Casino receberam uma “golden share”, o que concedeu a ambos o direito de veto para assegurar que os imóveis sejam utilizados da maneira pretendida pelas partes durante o prazo do contrato de locação.

A Companhia está autorizada a rescindir o contrato de locação, pagando uma multa de 10% dos aluguéis restantes, limitados a 12 meses.

26. Receitas antecipadas

As subsidiárias Via Varejo e NCB receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (“Back lights”) para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Garantias complementares ou estendidas	513.003	446.747
Contrato Finasa	-	1.714
Contrato de permuta	32.975	2.382
Back Lights	17.807	12.478
	563.785	463.321
Circulante	92.120	81.915
Não circulante	471.665	381.406

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
	31.12.2012
2014	73.911
2015	75.640
2016	110.237
2017	70.993
2018	49.268
2019	49.268
2020	42.348
	471.665

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2012, é representado por 263.410 (260.239 em 31 de dezembro de 2011) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e 163.730 em milhares de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2012 (160.559 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

No exercício de 2012 a Companhia aumentou o capital social em 3.171 mil ações preferenciais decorrente do exercício de opções de ações, sendo:

- Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$515 mediante a emissão de 36 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$161 mediante a emissão de 1.876 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de junho de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$12.332 mediante a emissão de 897 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de setembro de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$246 mediante a emissão de 8 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de outubro de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$5.776 mediante a emissão de 250 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$2.441 mediante a emissão de 104 mil ações preferenciais.

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; e (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio Líquido -- Continuação

c) Reserva de capital – reserva especial de ágio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$105.675 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Desse total, R\$21.135 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$84.540 foram capitalizados em proveito da acionista controladora Wilkes, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM nº 319/99, mediante a emissão de 1.354 milhares de novas ações preferenciais.

Essa reserva foi gerada pela reestruturação societária realizada em 2006, consistindo na incorporação da antiga *holding* da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398, representando um benefício tributário futuro por meio da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

Em AGE realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$200.905 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Desse total, R\$40.180 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$160.725 foram capitalizados em proveito da Wilkes.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos baseados em ações aos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2) – Pagamentos Baseados em Ações.

e) Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capitais fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

Nos termos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$358.415, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2012.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*

Nos termos das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, foi aprovada a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e funcionários serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: “*Silver*” e “*Gold*”, sendo que, a quantidade de opções *Gold* poderá ser reduzida e/ou aumentada (redutor ou acelerador), a critério do Comitê de Administração do plano, no decorrer dos 36 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo *Silver* será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo “*Gold*” será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções “*Silver*”, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções “*Gold*” isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo “*Silver*” e “*Gold*” passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção “*Silver*” é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção “*Gold*” é variável, sendo estipulada na data da outorga a quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o retorno sobre o capital investido “*Return Over Invested Capital*” - ROIC apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga. De acordo com o item 3.3 do Plano, o Comitê decidiu que, a partir da Série A6, inclusive, a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo “*Gold*” será apurado com base no atendimento ao “*Return on Capital Employed* - ROCE” da CBD.

Como regra geral do Plano de Opção, que pode ser alterada pelo Comitê de *Stock Option* em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como “*Silver*”. O exercício das opções classificadas como “*Gold*” ocorrerá no mesmo exercício, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de *Stock Option* no 35º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*- Continuação

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção poderão ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções “Gold” são adicionais às opções “Silver” e, dessa forma, as opções “Gold” somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções “Silver”.

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, devendo ser pago o preço de exercício em 1ª parcela, devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações preferenciais, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

(i) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

As informações relativas ao plano de opção de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações			
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2011									
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(835)	(6)	7
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	6
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(212)	-	456
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(237)	-	456
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(162)	-	352
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(94)	-	88
Série A5 – Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	299
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	-	-	299
						4.453	(2.477)	(13)	1.963

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações			
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2012									
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(841)	(7)	-
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(943)	(7)	-
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(668)	-	-
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(693)	-	-
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(257)	(2)	255
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(118)	(1)	63
Série A5 – Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(59)	(11)	229
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(59)	(11)	229
Série A6 – Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	(66)	(19)	441
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	(66)	(19)	441
						5.505	(3.770)	(77)	1.658

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de Administração do plano em 30 de março de 2011 aprovou que não houve redução e/ou aceleração referente a Série A2.

Em 31 de dezembro de 2012, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$90,50 para cada ação.

(ii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA*

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 31 de dezembro de 2012 de todas as opções outorgadas:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Quantidade de ações	<u>263.410</u>	260.239
Saldo das séries outorgadas em vigor	<u>1.658</u>	1.963
Percentual máximo de diluição	<u>0,63%</u>	0,75%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,81% (1,09% em 31 de dezembro de 2011), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 33,51% (25,14% em 31 de dezembro de 2011) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 10,19% (12,43% em 31 de dezembro de 2011). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de 1,64 anos (1,77 anos em 31 de dezembro de 2011). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$51,19 (R\$44,96 em 31 de dezembro de 2011).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(ii) Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA-- Continuação

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor Intrínseco agregado
Em 31 de dezembro de 2011				
Em aberto no início do exercício	2.512	14,31		
Outorgadas durante o exercício	598	27,36		
Canceladas durante o exercício	(11)	42,32		
Exercidas durante o exercício	(1.111)	20,68		
Expiradas durante o exercício	(25)	32,64		
Em aberto no fim do exercício	1.963	16,90	1,77	98.371
Total a exercer em 31 de dezembro de 2011	1.963	16,90	1,77	98.371
Em 31 de dezembro de 2012				
Outorgadas durante o exercício	1.052	32,08		
Canceladas durante o exercício	(64)	29,40		
Exercidas durante o exercício	(1.293)	16,46		
Expiradas durante o exercício	-	-		
Em aberto no fim do exercício	1.658	26,40	1,64	106.168
Total a exercer em 31 de dezembro de 2012	1.658	26,40	1,64	106.168

Em 31 de dezembro de 2012 não haviam opções a serem exercidas.

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e do Consolidado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$45.022 (R\$26.869 em 31 de dezembro de 2011).

g) Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$102.949, correspondentes a R\$0,37 por ação ordinária e R\$0,41 por uma ação preferencial. O valor total dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, incluindo o valor de R\$67.628 de dividendos antecipados, foi de R\$170.577, o que corresponde a R\$0,62 por ação ordinária e R\$0,68 por ação preferencial.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de maio de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2012, no valor total de R\$27.814 sendo R\$0,11 por ação preferencial e R\$0,10 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 20 de junho de 2012.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio Líquido—Continuação

g) Dividendos—Continuação

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de julho de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao segundo trimestre de 2012, no valor total de R\$27.913 sendo R\$0,11 por ação preferencial e R\$0,10 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 13 de agosto de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de outubro de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao terceiro trimestre de 2012, no valor total de R\$27.941 sendo R\$0,11 por ação preferencial e R\$0,10 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 23 de novembro de 2012.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de dividendos aos seus acionistas no valor de R\$83.668, conforme acima, realizadas no exercício de 2012. O valor do dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$165.987 (R\$102.949 em 31 de dezembro de 2011), o qual corresponde a remuneração de R\$0,593716430 por ação ordinária e R\$0,653088073 por ação preferencial.

	Dividendos propostos	
	31.12.2012	31.12.2011
Lucro líquido do exercício	1.051.181	718.219
Reserva legal	(52.559)	(35.910)
Base de cálculo dos dividendos	998.622	682.309
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	249.655	170.577
Dividendos intermediários pagos	(83.668)	(67.628)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício	165.987	102.949
Dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores	520	438
Dividendos a pagar	166.507	103.387

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receita bruta de vendas				
Mercadorias	21.090.148	19.689.661	56.695.970	52.403.743
Prestação de serviços	113.557	91.878	1.270.592	1.292.778
Receita de permuta (i)	-	-	152.526	-
Serviços financeiros	-	-	897.560	681.746
Devoluções e cancelamento de vendas	(271.725)	(241.352)	(1.783.015)	(1.697.695)
	20.931.980	19.540.187	57.233.633	52.680.572
Impostos	(1.880.021)	(1.795.996)	(6.309.172)	(6.086.086)
Receita líquida	19.051.959	17.744.191	50.924.461	46.594.486

- (i) A receita de permuta refere-se à transação na qual GPA M&P cedeu terrenos em troca de unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera"), Figue e Classic e Carpe Diem, mais uma loja construída no andar térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e incorporação estão sendo efetuadas pela Cyrela Polinésia Empreendimento Imobiliários Ltda., Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e Hesa Investimentos Imobiliários Ltda. A receita de permuta corresponde ao valor justo do terreno permutado líquido do seu custo contábil. A entrega das unidades do empreendimento Thera ocorrerá no prazo de 52 meses a partir de 18 de dezembro de 2011, o empreendimento Figue ocorrerá em 29 meses a partir de 04 de abril de 2012 e para os empreendimentos Classic e Carpe Diem a entrega ocorrerá entre 36 e 48 meses a partir de 11 de novembro de 2012.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custo com estoques	(14.064.637)	(13.158.402)	(37.120.732)	(33.935.134)
Despesas com pessoal	(1.663.405)	(1.626.447)	(4.702.122)	(4.538.292)
Serviços de terceiros	(381.172)	(302.865)	(2.858.472)	(2.992.909)
Despesas comerciais	(370.262)	(364.237)	(593.662)	(535.285)
Despesas funcionais	(861.016)	(747.165)	(1.383.496)	(1.123.910)
Outras despesas	(166.299)	(98.940)	(576.221)	(429.348)
	(17.506.791)	(16.298.056)	(47.234.705)	(43.554.878)
<u>Custo com mercadorias</u>	(14.064.637)	(13.158.402)	(37.120.732)	(33.935.134)
<u>Despesas com vendas</u>	(2.798.322)	(2.543.293)	(8.360.114)	(7.936.647)
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	(643.832)	(596.361)	(1.753.859)	(1.683.097)
	(17.506.791)	(16.298.056)	(47.234.705)	(43.554.878)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Parcelamento de impostos	-	(36.716)	-	(27.951)
Passivo indenizatório	(41.950)	(168.230)	(17.532)	(89.162)
Gastos com integração/reestruturação	(35.029)	(14.478)	(32.063)	(83.393)
Resultado com ativo imobilizado	(8.796)	(14.255)	11.805	(48.820)
Reversão de provisão	5.653	-	4.382	-
Outras	3	(509)	394	(9.367)
	(80.119)	(234.188)	(33.014)	(258.693)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Despesas Financeiras:</u>				
Custo da dívida	(531.492)	(485.427)	(924.498)	(916.548)
Custo com antecipação de recebíveis	(78.078)	(123.494)	(523.833)	(699.952)
Atualizações monetárias passivas	(138.468)	(173.853)	(267.510)	(287.216)
Outras despesas financeiras	(22.658)	(8.701)	(70.319)	(22.242)
Total de despesas financeiras	(770.696)	(791.475)	(1.786.160)	(1.925.958)
<u>Receitas Financeiras:</u>				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	187.028	178.105	357.927	338.906
Atualizações monetárias ativas	119.091	129.981	217.381	243.435
Outras receitas financeiras	8.667	10.454	17.979	10.909
Total de receitas financeiras	314.786	318.540	593.287	593.250
Total	(455.910)	(472.935)	(1.192.873)	(1.332.708)

32. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o exercício.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Vide nota explicativa nº 27), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Lucro por ação-- Continuação

O lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Dividendo real proposto	160.248	89.407	249.655	109.037	61.540	170.577
Lucro básico alocado e não distribuído	514.480	287.046	801.526	349.447	198.195	547.642
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferenciais	674.728	376.453	1.051.181	458.484	259.735	718.219
Denominador básico (milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	162.417	99.680	262.097	159.775	99.680	259.455
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	4,15	3,78		2,87	2,61	
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	162.417	99.680	262.097	159.775	99.680	259.455
Opções de compra de ações	1.329	-	1.329	909	-	909
Média ponderada diluída das ações (milhares)	163.746	99.680	263.426	160.684	99.680	260.364
Lucro diluído por milhares de ações (R\$)	4,12	3,78		2,85	2,61	

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrado pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários, sendo os valores pagos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de R\$3.780 (R\$2.791 em 31 de dezembro de 2011) e as contribuições dos funcionários de R\$4.715 (R\$3.990 em 31 de dezembro de 2011). O plano contava com 878 participantes em 31 de dezembro de 2012 (881 em 31 de dezembro de 2011).

34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2012, pode ser resumida da seguinte forma:

		Controladora	Consolidado
		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Bens segurados	Riscos cobertos		
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	6.702.514	15.075.008
Lucro	Lucros cessantes	1.579.602	3.697.023
Automóveis e outros (*)	Perdas e Danos	459.293	730.956

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$294.105.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos, como segue:

- Varejo – inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”, “Mini mercado Extra”, “Posto Extra” e “Drogaria Extra”.
- Eletro – inclui as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.
- Atacado de autosserviços – inclui a bandeira “ASSAI”.
- Comércio eletrônico – inclui os “sites” www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviaagens.com.br.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos—Continuação

Descrição	Saldos em 31.12.2012					Eliminação (*)	Total
	Varejo	Atacado de autosserviços	Eletro	Comércio Eletrônico	Total		
Receita líquida de vendas	23.439.000	4.639.211	19.437.736	3.408.514	50.924.461	-	50.924.461
Lucro bruto	6.780.505	674.816	5.857.977	490.431	13.803.729	-	13.803.729
Depreciação e amortização	(592.001)	(43.733)	(152.945)	(9.675)	(798.354)	-	(798.354)
Equivalência patrimonial	11.273	-	(454)	-	10.819	-	10.819
Lucro operacional	1.509.652	145.625	1.106.134	107.796	2.869.207	-	2.869.207
Despesas financeiras	(872.342)	(90.094)	(745.027)	(113.037)	(1.820.500)	34.340	(1.786.160)
Receita financeira	423.439	23.514	170.692	9.982	627.627	(34.340)	593.287
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.060.749	79.046	531.797	4.742	1.676.334	-	1.676.334
Imposto de renda e contribuição social	(287.222)	(18.295)	(212.545)	(1.836)	(519.898)	-	(519.898)
Lucro líquido do exercício	773.526	60.751	319.254	2.905	1.156.436	-	1.156.436
Ativo circulante	8.030.598	899.464	7.650.902	861.611	17.442.575	(191.891)	17.250.684
Ativo não circulante	12.377.054	2.434.937	3.234.372	335.588	18.381.951	(236.401)	18.145.550
Passivo circulante	4.869.096	2.075.249	6.324.067	1.115.273	14.383.685	(428.292)	13.955.393
Passivo não circulante	8.337.036	388.311	1.647.530	13	10.372.890	-	10.372.890
Patrimônio líquido	7.201.520	870.841	2.913.677	81.913	11.067.951	-	11.067.951

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos—Continuação

Descrição	Saldo em 31.12.2011					Eliminação (*)	Total
	Varejo	Atacado de autoserviços	Eleto	Comércio Eletrônico	Total		
Receita líquida de vendas	21.675.732	3.902.038	17.827.516	3.189.200	46.594.486	-	46.594.486
Lucro bruto	6.078.608	534.017	5.556.227	490.500	12.659.352	-	12.659.352
Depreciação e amortização	(515.662)	(31.703)	(123.595)	(7.417)	(678.377)	-	(678.377)
Equivalência patrimonial	18.918	-	15.907	-	34.825	-	34.825
Lucro operacional	1.211.935	75.204	678.527	171.697	2.137.363	-	2.137.363
Despesas financeiras	(925.401)	(98.655)	(816.192)	(131.871)	(1.972.119)	46.161	(1.925.958)
Receita financeira	372.360	10.873	254.307	1.871	639.411	(46.161)	593.250
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	658.893	(12.577)	116.643	41.696	804.655	-	804.655
Imposto de renda e contribuição social	(34.580)	4.066	(39.623)	(14.862)	(84.999)	-	(84.999)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	624.313	(8.511)	77.022	26.832	719.656	-	719.656
Ativo circulante	8.225.600	833.336	7.517.380	884.582	17.460.898	(184.506)	17.276.392
Ativo não circulante	12.994.359	581.258	3.152.689	120.279	16.848.585	(355.973)	16.492.612
Passivo circulante	6.483.760	679.817	5.951.296	926.181	14.041.054	(539.852)	13.501.202
Passivo não circulante	7.536.679	515.388	2.121.200	737	10.174.004	(627)	10.173.377
Patrimônio líquido	7.199.520	219.389	2.597.573	77.943	10.094.425	-	10.094.425

(*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos--Continuação

Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	31.12.2012	31.12.2011
Alimentos	55,1%	54,9%
Não-alimentos	44,9%	45,1%
Total de vendas	100,0%	100,0%

Em 31 de dezembro de 2012 os investimentos (capex) estavam assim apresentados:

	31.12.2012
Alimentos	1.245.232
Não-alimentos	331.325
Total de investimentos	1.576.557

36. Evento Subsequente

a) Incorporação da subsidiária Nova Casa Bahia S.A. pela Via Varejo S.A.

Em 02 de janeiro de 2013 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da subsidiária NCB pela sua controladora Via Varejo. Com a incorporação, não haverá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, no capital social ou nas participações acionárias. Os acervos líquidos de incorporação foram objeto de laudo de avaliação pelo valor contábil na data da incorporação.

A incorporação de NCB pela Via Varejo visa simplificar a estrutura organizacional e societária das companhias, propiciando assim, uma redução dos custos administrativos e operacionais.

b) Alienação de ações do Fundo de Investimento em Ações Santa Rita

Nos termos do Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 14 de janeiro de 2013, fomos informados por UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. e Sr. Abilio dos Santos Diniz que o Fundo de Investimento em Ações Santa Rita alienou 17.000.000 (dezessete milhões) de ações preferenciais da Companhia, representativas de 6,46% do capital social total.